

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário de Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo: 2411812020190718175215

Processo 0819480-21.2019.8.23.0010 ☆ - (23 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário
Assunto Principal: 4847 - Seguro
Nível de Sigilo: Público

Pendências

Citações: Cumprir Prazo Para: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Prazo: 02/07/2019 à 24/07/2019 (15 dias):

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de: ☐ Magistrado ☐ Servidor ☐ Advogado ☐ Membro MP ☐ Defensor ☐ Procurador ☐ Outros ☐ Audiência
Ocultar Movimentos: ☐ Inválidos ☐ Sem Arquivo ☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por: ☐ Advogado ☐ Defensor de Justiça ☐ Entidades Remessa ☐ Magistrado ☐ Procurador ☐ Servidor
Sequencial(Intervalo): ao Data do Movimento(Período): à Descrição:

15 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 15

500 por pág.1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<div>15</div>	18/07/2019 17:52:15	JUNTADA DE PETIÇÃO DE CONTESTAÇÃO Cumprimento de intimação - Referente ao evento EXPEDIÇÃO DE CITAÇÃO ONLINE (28/06/2019)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
15.1	Arquivo: Petição	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHOJOAO ALVES BARBOSA FILHO,	2618887CONTESTACAO01.PDF Público
15.2	Arquivo: COPIA PART 1	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHOJOAO ALVES BARBOSA FILHO,	2618887CONTESTACAOAnexo011.pdf Público
15.3	Arquivo: COPIA PART 2	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHOJOAO ALVES BARBOSA FILHO,	2618887CONTESTACAOAnexo012.pdf Público
15.4	Arquivo: KIT SEGURADORA	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHOJOAO ALVES BARBOSA FILHO,	2618887CONTESTACAOAnexo02.PDF Público
14	10/07/2019 21:32:59	RENÚNCIA DE PRAZO DE CLAUDIO PEREIRA RIBEIRO Referente ao evento CONCEDIDO O PEDIDO (27/06/2019)	VALDENOR ALVES GOMES Advogado
13	03/07/2019 15:06:12	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de CLAUDIO PEREIRA RIBEIRO) em 03/07/2019 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 6) CONCEDIDO O PEDIDO (27/06/2019) e ao evento de expedição seq. 7.	VALDENOR ALVES GOMES Advogado
12	02/07/2019 11:14:49	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 02/07/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 8) EXPEDIÇÃO DE CITAÇÃO ONLINE (28/06/2019) e ao evento de expedição seq. 9.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
11	01/07/2019 11:03:24	LEITURA DE CITAÇÃO REALIZADA Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A em 01/07/2019 referente ao evento de expedição seq. 8.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
10	28/06/2019 11:22:43	HABILITAÇÃO PROVISÓRIA Perito Oficial: FERNANDO BERNARDO DE OLIVEIRA habilitado até 06/10/2019 (100 dias)	KAROLINE BARBOSA DE OLIVEIRA Técnico Judiciário
9	28/06/2019 11:22:18	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento EXPEDIÇÃO DE CITAÇÃO ONLINE (28/06/2019)	KAROLINE BARBOSA DE OLIVEIRA Técnico Judiciário
<div>8</div>	28/06/2019 11:22:05	EXPEDIÇÃO DE CITAÇÃO ONLINE Para Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis	KAROLINE BARBOSA DE OLIVEIRA Técnico Judiciário
<div>7</div>	28/06/2019 11:20:38	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de CLAUDIO PEREIRA RIBEIRO com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento CONCEDIDO O PEDIDO (27/06/2019)	KAROLINE BARBOSA DE OLIVEIRA Técnico Judiciário
<div>6</div>	27/06/2019 14:23:45	CONCEDIDO O PEDIDO	PHILLIP BARBIEUX SAMPAIO Magistrado
5	25/06/2019 16:39:46	CONCLUSOS PARA DECISÃO - DECISÃO INICIAL	SISTEMA CNJ
4	25/06/2019 16:39:46	RECEBIDOS OS AUTOS	SISTEMA CNJ
3	25/06/2019 16:39:46	REMETIDOS OS AUTOS PARA DISTRIBUIDOR Registro de Distribuição	SISTEMA CNJ
2	25/06/2019 16:39:45	DISTRIBUÍDO POR SORTEIO 6ª Vara Cível	SISTEMA CNJ
<div>1</div>	25/06/2019 16:39:45	JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL	VALDENOR ALVES GOMES Advogado



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08194802120198230010

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **CLAUDIO PEREIRA RIBEIRO**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **14/05/2018**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **07/06/2018**.

Cumpra esclarecer que em que pese a parte autora realizar requerimento do pagamento, através da via administrativa, porém, o sinistro foi cancelado por inatividade, haja vista que a parte autora não apresentou a documentação necessária para a perfeita regulação do sinistro.

Não obstante, em qualquer hipótese de acidente, a atitude normal do segurado é procurar a seguradora, para que esta regule, primeiramente, o sinistro. Somente em caso de não pagamento, ressarcimento incompleto ou de mora, as demandas devem ser ajuizadas.

Assim, tendo o autor deixado de apresentar a documentação exigida por lei, carecendo o autor de uma condição específica do regular exercício do direito de ação, qual seja, interesse de agir.

Compulsando atentamente aos autos, em nenhum momento foi demonstrado e comprovado de forma contundente que a parte autora faz jus ao pleito deduzido na presente demanda, devendo o pleito ser julgado extinto em virtude da inocorrência de mora por parte da Ré.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DO MÉRITO

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC³.

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

³“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. **LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.** 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - **Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.**” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DO MÉRITO

DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral⁴.

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima⁵.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

⁴RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

⁵**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

DO LIMITE MÁXIMO INDENIZÁVEL ESTABELECIDO NO ART. 3º DA LEI 6.194/74 - R\$ 13.500,00

A Lei 6194/74, dispõe sobre os limites máximos indenizáveis para a cobertura do Seguro DPVAT:

“art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

...

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

[...]

Considerando o estabelecido, cabe informar que a parte autora **já recebeu indenização relativas ao Seguro DPVAT, em face de outro sinistro no valor de R\$ 13.196,25 (treze mil cento e noventa e seis reais e vinte e cinco centavos).**

O valor foi pago em razão de sinistro ocorrido em 25/05/2012 – nos autos do processo judicial nº **0715234-18.2012.8.23.0010**.

Assim, nos casos de invalidez permanente TOTAL a vítima receberá o montante de **ATÉ R\$ 13.500,00**, não existindo a possibilidade de receber 2 (DUAS) VEZES este valor alegando novo sinistro e nova lesão, pois, se assim fizéssemos ESTAREMOS PAGANDO 2(DUAS) VEZES PARA UM SINISTRO DE INVALIDEZ, MAIS DO QUE A LEI PREVÊ PARA PAGAMENTO POR MORTE POR EXEMPLO.

Portanto, requer a juntada dos inclusos documentos que comprovam as indenizações recebidas; e caso se reconheça o direito do autor à eventual indenização, o valor da condenação não poderá ser superior à diferença entre o somatório das indenizações já recebidas e o teto legal (R\$ 13.500,00).

DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios⁶, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

⁶“PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO.** Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. **A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º, VIII, da Lei nº 8078/90.** 3. **Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.**”(TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁷.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁸.

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Sumula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Por se tratar de ônus da prova da parte autora, pugna-se pela realização da prova pericial pelo IML com o fito de auferir o nexo de causalidade entre a lesão da vítima e o suposto acidente automobilístico, bem como se há valor indenizável a ser pago. Caso Vossa Excelência assim não entenda, requer que os custos da realização da prova pericial sejam arcados pela parte autora ou pelo Estado, eis que imprescindível a produção da prova para o deslinde da demanda.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

⁷“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁸**art. 1º. (...)**

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono SIVIRINO PAULI, inscrito sob o nº 101B/RR, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 5 de julho de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR

QUESITOS DA RÉ

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés					
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar					
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RR 451-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SIVIRINO PAULI**, inscrito na **101-B - OAB/RR** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **CLAUDIO PEREIRA RIBEIRO**, em curso perante a **6ª VARA CÍVEL** da comarca de **BOA VISTA**, nos autos do Processo nº 08194802120198230010.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/RR 451-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA**

2ª Vara Cível

Processo 0715234-18.2012.8.23.0010**Comarca:** BOA VISTA**Data de Autuação:** 19/07/2012 **Situação:** Público**Classe Processual:** 7 - Procedimento Ordinário**Assunto Principal:** 10435 - Acidente de Trânsito**Data Distribuição:** 19/07/2012 **Tipo Distribuição:** Distribuição Automática**Parte(s) do Processo****Tipo:** Promovente**Nome:** CLAUDIO PEREIRA RIBEIRO**Data de Nascimento:** Não cadastrada **RG:** Não cadastrado **CPF/CNPJ:** 927.638.122-87**Advogado(s) da Parte**

618NRR VALDENOR ALVES GOMES

Tipo: Promovido**Nome:** Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**Data de Nascimento:** Não cadastrada **RG:** Não cadastrado **CPF/CNPJ:** 09.248.608/0001-04**Advogado(s) da Parte**

3592AAC ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

Data: 19/07/2012

Movimentação: Recebimento

Complemento: Origem: OAB618NRR

Por: VALDENOR ALVES GOMES

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição Inicial
- Petição Inicial

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA _° VARA CIVEL DA COMARCA DE BOA VISTA RORAIMA

CLÁUDIO PEREIRA RIBEIRO, brasileiro, união estável, militar, portador da cédula de identidade RG 241548 SSP/RR, CPF 927.638.122-87, residente e domiciliado na Rua CJ 11, Nº 88, Bairro Jóquei Clube, CEP 69.300-000, Município de Boa Vista-RR, na comarca de Boa Vista, por seu advogado que esta subscreve, vem perante Vossa Excelência, propor

**AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DO VALOR
DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)**

em face da SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: 09.248.608/0001-04, com endereço Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, fazendo-o pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

I – DOS FATOS

Cuida-se de ação ordinária de cobrança para recebimento do valor da cobertura correspondente ao seguro obrigatório (DPVAT), em razão de acidente automobilístico que vitimou a parte autora em data de 25/05/2012, deixando-a com incapacidade permanente, devido a FRATURAS EM MEMBRO INFERIOR ESQUERDO, COLUNA CERVICAL E CRÂNIO-FACIAL, conforme laudo em anexo.

A parte promovente realizou exame de corpo de delito junto ao Instituto Médico Legal – IML/RR, onde o médico perito especialista, possuidor de fé pública constatou a INCAPACIDADE PERMANENTE, logo não resta dúvida acerca do alegado.

Dentre as provas documentais apresentadas, o (a) autor (a) juntou:

- (X) RG e CPF;
- (X) BOLETIM DE OCORRÊNCIA;
- (X) LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO / IML, em que comprova a INCAPACIDADE PERMANENTE;
- (X) PROTUÁRIO HOSPITALAR;
- (X) DECLARAÇÃO DE POBREZA.

Efetivamente a promovente não recebeu nenhuma importância a título de indenização por invalidez referente ao seguro obrigatório DPVAT, conforme poderá ser constatado no processo DPVAT de sinistro, no sítio oficial da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sendo a seguradora SEGURADORA LIDER a empresa ré.

II - DO VALOR INTEGRAL DA INDENIZAÇÃO

A Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, é clara quando dispõe que o seguro obrigatório deve indenizar o segurado-vitimado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de invalidez permanente, senão vejamos:

"Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

.....
**II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) -
no caso de invalidez permanente; e" (grifo nosso)**

A legislação supratranscrita demonstra de forma cristalina que no caso de invalidez permanente, o valor do seguro deverá ser igual a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Ocorre, Excelência, que a parte promovente efetivamente não recebeu nenhuma importância, então, diante das fraturas acima mencionadas, ela faz jus a receber a importância de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme demonstra a legislação abaixo.

De acordo com o artigo 5º da Lei nº 6.194/74, o acidentado só é necessita de simples prova do acidente e do dano decorrente, independente de culpa, senão vejamos:

“Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”

E assim dispõe a Súmula nº. 257 do STJ:

“257 - A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.”

O caso em tela encontra-se maduro para julgamento, pois consta nos autos o laudo do IML comprovando os danos sofridos pela vítima e por ser este o entendimento consolidado pelos nossos Tribunais, conforme demonstra

o Agravo de Instrumento n. 35111/2009 do TJ/MT-. Relator: Des. Orlando de Almeida Perri. Data do Julgamento: 21/09/2009.

Sendo este o entendimento do TJRS, *in verbis*:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO DPVAT. REALIZAÇÃO DA PERÍCIA, NOS TERMOS DA LEI Nº 11.945/2009. Considerando que o objeto da presente cobertura securitária é o dano sofrido em sua integridade física, em grau capaz de provocar-lhe situação permanente de invalidez, cujo critério de apuração que deve presidir juízo identificador do sinistro coberto por esta modalidade de seguro obrigatório é dado, fundamentalmente, pela definitividade, natureza e gravidade das lesões sofridas pela vítima, as quais se encontram especificadas em tabela constante das normas de acidentes pessoais expedida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados, apresentando diversos percentuais de enquadramento, impossível decidir a presente demanda sem apuração do grau da invalidez. Aplica-se ao caso concreto, as disposições contidas na Medida Provisória 451/2008, posteriormente convertida em Lei 11.945/2009, a qual determina a realização de perícia médica a fim de apurar o grau de incapacidade nos casos de sinistros ocorridos a partir de 16/12/2008. Em face da atribuição conferida pela Lei 11.945/2009 cabe ao Departamento Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima, fornecer laudo de verificação da existência e quantificação das lesões. Tendo o agravante juntado laudos periciais realizados junto ao órgão competente (IML de Alegre), conforme documentos de fls.09/12-TJ, desnecessária a realização de nova perícia técnica. AGRAVO PROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70042319004, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luís Augusto Coelho Braga, Julgado em 19/04/2011) (sem grifos no original)

De acordo com jurisprudência consolidadas dos nossos Tribunais, conforme acima transcrita, não há necessidade de realizar outra perícia, pois a

parte promovente juntou aos autos laudo do IML que comprova a sua incapacidade.

Vale salientar, que o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima já firmou entendimento acerca desse tema nos seguintes termos:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO ? NEGADO SEGUIMENTO ? POSSIBILIDADE ? CONFRONTO COM JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL E DE CORTE SUPERIOR ? ART. 557 DO CPCIVIL ? DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. O relator pode negar seguimento a recurso contra decisão em confronto com jurisprudência dominante do próprio tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de tribunal superior (art. 557 do CPCivil).

Nestas situações, é dever do magistrado, ocorrendo a possibilidade, julgar antecipadamente a lide.

Recurso improvido.

ACÓRDÃO. RECURSO IMPROVIDO UNÂNIME (Agravado Nº 000.10.000976-0, Câmara Única, Turma Cível, Tribunal de Justiça de Roraima, Relator: Des. Robério Nunes, Julgado em 14/05/2010).?

Ademais, vale destacar que o nosso Egrégio Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que o teto indenizatório previsto na Lei n.º 6.194/74 proporcional à extensão das lesões, **fracionando-o de acordo com a proporção da invalidez fere o princípio da dignidade da pessoa humana, senão vejamos:**

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE COMPROVADA E QUANTIFICADA. INDENIZAÇÃO FIXADA PROPORCIONALMENTE AO GRAU DA LESÃO. INCONSTITUCIONALIDADE. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. DANOS MORAIS. NÃO OCORRÊNCIA.

RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.

1. Quantificar a indenização securitária relativa ao seguro DPVAT em razão do grau de invalidez do segurado fere o princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil.

2. O mero dissabor ocasionado por inadimplemento contratual, ao não pagar a seguradora o valor total previsto em lei, não configura, em regra, ato lesivo a ensejar a reparação de danos morais.

3. Recurso parcialmente provido Sentença reformada em parte.? (APELAÇÃO CÍVEL N.º 0010.08.908440-3, Rel. Juíza Convocada ELAINE BIANCHI, Câmara Única, J. 30/08/2011)

Finalmente, resta provado que a parte promovente faz jus a receber a importância de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) diante das fraturas que causaram a incapacidade do promovente, como medida de inteira justiça.

III - DO PEDIDO

Em face de todo o exposto, requer seja julgada a presente ação ordinária integralmente procedente, tudo para o fim de condenar a Ré a pagar a parte Autora o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), a título de indenização por invalidez referente ao seguro obrigatório DPVAT, com as devidas atualizações e corrigido monetariamente da data da liquidação do sinistro, e juros legais da data da citação, até a data do efetivo pagamento.

Requer o julgamento antecipado da presente lide, *ex vi* do artigo 330, I, da Lei Adjetiva Civil, haja vista que se trata de matéria de direito. De sorte que desnecessária a produção de prova em audiência, pode o juiz, nos moldes do artigo 130 do Código de Processo Civil, dispensar as provas que não forem úteis nem necessárias.

Requer a concessão do benefício da gratuidade de justiça, com fulcro na Lei 1.060/50, por não possuir a parte autora condições de arcar com

as custas processuais e os honorários advocatícios sem prejuízo do seu próprio sustento ou de sua família;

Requer, a citação da Ré, por oficial de justiça, no endereço declinado no início desta exordial, para, querendo, comparecer a sessão de conciliação e/ou contestar os termos da presente ação, sob pena de revelia, a qual deverá ser julgada totalmente procedente para os fins e propósitos acima indicados, com a aplicação à Ré das sanções da sucumbência judicial e honorários de advogado, estes na base de 20% (vinte por cento) do valor total da condenação.

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), protestando a parte Autora pela oportuna produção de prova testemunhal, documental suplementar, pericial e depoimento pessoal do representante legal da Ré.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Boa Vista, 19 de julho de 2012.

VALDENOR ALVES GOMES

OAB/RR nº 618

PROCURAÇÃO

CLÁUDIO PEREIRA RIBEIRO, brasileiro, união estável, portador da Cédula de Identidade RG 241548 SSP-RR, CPF 927.638.122-87, residente e domiciliado na Rua CJ 11, Nº 88, Casa 4, Birro Jôquei Clube, Município de Boa Vista, Estado de Roraima.

OUTORGADO: Dr. VALDENOR ALVES GOMES, advogado, casado, inscrito na OAB/RR sob o nº 618, com escritório profissional situado na Rua Maria Rodrigues dos Santos, nº 972, Bairro Asa Branca, CEP. 69.311.210, na Cidade de Boa Vista/RR, onde receberão as devidas intimações.

PODERES: Para o foro em geral e os da cláusula ad-judicia, mais os ressalvados no art. 38 do CPC, exceto para receber citação. Para propor, no interesse do outorgante; em qualquer instancia, juízo ou tribunal, as ações que se fizerem necessárias e contestar ou responder as que contra o mesmo for proposta, acompanhando-se até o final julgamento, interpor medidas cautelares, incidentes ou não, efetivas ou provisórias, justificações judiciais, pleitear alvarás ou ordens judiciais para os atos que delas dependam, mandar protestar cambiais e retirá-las do protesto, promover notificações ou interpelações judiciais, patrocinar os interesses do outorgante, procedimentos administrativos junto a quaisquer repartições públicas ou autárquicas, assinando papéis e documentos, intimações, acordar, discordar, receber e dar quitação de valores, transigir, desistir, renunciar ao direito, sobre o que se funda a ação, firmar compromisso, requerer a extinção ou suspensão do processo. Podendo ainda, desempenhar suas atividades profissionais junto ao órgão da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios. Podendo ainda substabelecer.

Boa Vista – Roraima, 12 de junho de 2012.



CLÁUDIO PEREIRA RIBEIRO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
CLAUDIO PEREIRA RIBEIRO

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
241549 SSP RR

CPF
927.638.122-87

DATA NASCIMENTO
15/07/1987

RELACÃO
CLAUDENICE RIBEIRO

FRANCISCA PERES
PEREIRA

PERMISSÃO
ACC CAT. NUN
AD

MPREGIO
05117035740

VALIDADE
05/06/2015

VALIDADE
06/01/2011

OBSERVAÇÕES

LOCAL
BOA VISTA - RORAIMA

DATA EMISSÃO
19/04/2012

69980653090
RR206309449

DETRAN-RR (RORAIMA)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

463234137

PROIBIDO PLASTIFICAR

463234137



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA.
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA.
INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL – IML-RR
DR. JOSÉ BENIGNO DE OLIVEIRA.
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS".



LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO- LESÕES CORPORAIS – Nº 5540/2012/IML.
DESTINO: DELEGACIA DE ACIDENTES DE TRÂNSITO/DAT.

AUTORIDADE REQUISITANTE:

- Delegado (a) de Polícia Civil: **Alexandre Henrique de Matos Lima.**
- Requisição: **Nº 308/2012. Referência: BO. Nº 4564/2012.**

NOME: CLAUDIO PEREIRA RIBEIRO.	
NACIONALIDADE: BRASILEIRA.	NATURALIDADE: BOA VISTA/RR.
IDADE: 24 ANOS.	SEXO: MASCULINO.
ESTADO CIVIL: UNIÃO ESTÁVEL.	COR: PARDA.
PROFISSÃO: MILITAR.	TELEFONE: 9126-3268.
FILIAÇÃO: CLAUDENICE RIBEIRO e FRANCISCA PERES PEREIRA.	
ENDEREÇO: RUA CJ 11 – Nº 04 – JOQUEI CLUBE.	
DOCUMENTAÇÃO: R.G. Nº 241548 – SSP/RR.	
DATA/ HORA DO EXAME: 12/07/2012.	
Obs: Os profissionais abaixo designados pelo diretor, prestam o solene compromisso de elaborar o laudo descrevendo com verdade todas as circunstâncias que encontrarem, descobrirem e observarem.	

DESCRIÇÃO:

- Aparelho gessado em membro inferior esquerdo devido a fratura cirurgica do terço inferior da fíbula esquerda. Fratura traumática dos incisivos superiores. Apresenta diminuição da força de mastigação.

CONCLUSÃO:

- Debilidade permanente.

QUESITOS e suas RESPOSTAS:

- 1ª Há ofensa à integridade física ou a saúde? **SIM.**
- 2ª Qual o instrumento ou meio que a produziu? **CONTUNDENTE.**
- 3ª Foi produzido por meio de veneno, fogo, explosivo, tortura ou por meio insidioso ou cruel (resposta especificada)? **SEM ELEMENTOS.**
- 4ª Houve Perigo de vida? **NÃO.**
- 5ª Resultou incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias? **SIM.**
- 6ª Resultou incapacidade permanente para o trabalho, enfermidade incurável, debilidade permanente de membro, sentido ou função, aborto ou aceleração de parto ou deformidade permanente? **SIM. (DEBILIDADE PERMANENTE).**

E por ser verdade digite este documento, que depois de revisado e achado conforme, será assinado pelos profissionais abaixo e por mim: **Marlene dos Santos Catto**

William Jorge Fernandes N.
MÉDICO LEGISTA

IML
Av. Venezuela nº 2.083, Bairro Liberdade, CEP 69 310 270 – Boa Vista/RR.
Tel. (95) 2121-3409 (recepção), (95) 2121-3430 (direção).





Governo do Estado de Roraima
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA
PLANTÃO CENTRAL I



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Registro nº 456412 Hora: 16:55 hs Data: 27/06/2012

Dados do Comunicante

Nome: CLAUDIO PEREIRA RIBEIRO
Nac.: Brasileira
Nat.: Boa Vista/RR Estado Civil: UNIÃO ESTÁVEL
Profissão: MILITAR DO EXÉRCITO Nascimento: 15/07/1987
Pai: CLAUDENICE RIBEIRO Idade: 24 anos Sexo: MASCULINO
Mãe: FRANCISCA PERES PEREIRA
RG: 241548 SSP/RR CPF: 927.638.122-87
Endereço: RUA CJ-11, Nº. 88, CASA 04
Bairro: JOQUEI CLUBE Telefone: 9126-3268
Cidade: Boa Vista/RR Escolaridade:

DADOS DA OCORRÊNCIA

Local do fato: AV. CENTENÁRIO
Cidade: BOA VISTA/RR Bairro: CENTENÁRIO
Dia: 25/05/2012 Hora: 20:30 horas

DADOS DO AUTOR

Nome: PJ
Endereço: PJ
Natureza da Ocorrência: ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA DE LESÃO CORPORAL

RELATO DO FATO

QUE O COMUNICANTE ACIMA QUALIFICADO INFORMA QUE NO DIA E HORA DESCRITOS ESTAVA CONDUZINDO A MOTOCICLETA YAMAHA TDM 225 PLACA NAL-3670, CHASSI 9C6KG0010Y0003887 DE PROPRIEDADE DO GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA QUANDO FOI FECHADO PELO VEÍCULO GM/CORSA WIND PLACA NAJ-3368, COLIDINDO COM A TRASEIRA DO MESMO; QUE O COMUNICANTE FICOU COM A PERNA ESQUERDA PRESA AO PARA CHOQUE DO VEÍCULO QUE SE EVADIU DO LOCAL SEM PRESTAR SOCORRO À VÍTIMA; QUE DO ACIDENTE O COMUNICANTE SOFREU LESÕES CORPORAIS E FOI CONDUZIDO AO PSE PELO RESGATE (RUA); QUE TEVE FRATURA EXPOSTA E QUEBROU VÁRIOS DENTES; QUE O COMUNICANTE POSSUI CNH DE Nº. 05117035740 AB.

Valdenor Cordeiro de Azevedo
VALDENOR CORDEIRO DE AZEVEDO
EPC

Despacho
(plantão)

- ☐ Tratando-se de furto/roubo de veículo automotor comunique-se com urgência ao SECOM.
☐ Aguarde-se representação.
☐ Expeça-se guia pericial _____
☐ :

ALEXANDRE HENRIQUE DE MATOS LIMA
DPC

Claudio Pereira Ribeiro
CLAUDIO PEREIRA RIBEIRO
Comunicante

Despacho
(Coordenador)

- ☒ Encaminhe-se ao: ☐ 1ºDP ☐ 3ºDP ☐ DGH ☐ DPMA ☐ NRCASP
☐ 2ºDP ☐ 4ºDP ☐ DDM ☐ NPCA ☐ NRRFVAT
☐ DAT ☐ DRE ☐ DDIJ ☐ DPJI ☐ Corregedoria

Bv, / /2011.

Éric Silva Pereira
Delegado de Polícia Civil

EXTRA INFORMATION

ADDRESS: CHINA RAILWAY GROUP

APPENDIX

POSSIBLE DISAGREEMENTS:

471 区、县、市、镇、村、组、户、人、口、数、表

[illegible]

ALTA DATA

STINO: () DOMICILIO () 101130


1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 2679, 26

[illegible]

Age Caribbees members responsible
to 2004/10 responsible for 2004/10



Cecilia

	Sistema Único de Saúde	Ministério da Saúde	LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR	
---	-------------------------------	----------------------------	---	--

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE	
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE SOLICITANTE	2 - CNES
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE EXECUTANTE	4 - CNES

Claudio Pereira Ribeiro

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE	
5 - NOME DO PACIENTE	6 - Nº DO
7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)	8 - DATA DE NASCIMENTO
10 - NOME DA MÃE OU DO RESPONSÁVEL	9 - SEXO
12 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)	11 - TELEFONE DE CONTATO
13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA	14 - COD. IBGE MUNICÍPIO
15 - UF	16 - CEP

Claudio Pereira Ribeiro
Francisco Pereira
Rua 5 - 11 88 J. Clube
BVIRR

17 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS	JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO
--	-----------------------------

Quil de color. (H)
Foetus - largura exp. 12
TVZ @

18 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO
--

Teto ungu
25.05 em 04.06
04/08050848
S = 820

19 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

Imagem de feto em 12 semanas
293

20 - DESCRIÇÃO DO DIAGNÓSTICO	21 - CID 10 PRINCIPAL	22 - CID 10 SECUNDÁRIO	23 - CID 10 TERCIO
-------------------------------	-----------------------	------------------------	--------------------

Foetus exp. largura 12

24 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO	PROCEDIMENTO SOLICITADO
---	-------------------------

12 semanas

25 - CLÍNICA	27 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO	28 - DOCUMENTO	29 - Nº DO DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE
30 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE / ASSISTENTE	31 - DATA DA AUTORIZAÇÃO	32 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)	

02/08/2012
26.08.2012
25/05/12

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)			
33 - ACIDENTE DE TRABALHO	36 - CNPJ DA SEGURADORA	37 - Nº DO BILHETE	38 - SÉRIE
34 - ACIDENTE DE TRABALHO TÍPICO	39 - CNPJ EMPRESA	40 - CNAE DA EMPRESA	41 - CBOE
35 - ACIDENTE DE TRABALHO TRAJETO	42 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA		
<input type="checkbox"/> EMPREGADO <input type="checkbox"/> EMPREGADOR <input type="checkbox"/> AUTÔNOMO <input type="checkbox"/> DE EMPREGADO <input type="checkbox"/> FÓR		<input type="checkbox"/> APOSENTADO <input type="checkbox"/> NÃO SEGURADO	

43 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR	AUTORIZAÇÃO	44 - COD. ORGÃO EMISSOR	45 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR
46 - DOCUMENTO	47 - Nº DO DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR		

13 JUL 2012
13 JUL 2012
13 JUL 2012



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia Patrimônio dos Brasileiros"

CIRURGIA ORTODONTICA - RANCIER
CLAUDIO PEREIRA RIBEIRO
35/05/2012

FICHA DE ANESTESIA

PRÉ-MEDICAÇÃO - DROGA - DOSE - HORA - EFEITO		Nº
12h 23h		
AGENTES	15 30 45 15 30 45 15 30 45 15 30 45 15 30 45	
LIQUIDOS VENOSOS		
DA	100 120 140 160 180 200 220 240	
X		
ULSD		
●		
ANES		
X		
OP		
O		
TEMP		
□		
ASPIR		
A		
RESP		
G		
Export		
Assist		
Contro		
SÍMBOLOS		
AGENTES	DOSES	TÉCNICA
A. Bupivacaína	15mg	RAI e/ folha de biquinho
B. Cetilolona	1g	repetido com L2-A
C. Dexametazona	4mg	agulha 11x26 G. 1.0
D. Ondansetron	4mg	premedicação
E. Diprisona	5g	
F. Temaxicom	40mg	
G. Fontenil	50mg	
GLICOSE	LIQUIDOS	Cânula - Naso / Oro Faríngea
NDCD	10mg	Naso / Orotraqueal - Giga
SANGUE	Bupivacaína 16mg	Bal - Tamp - Calibre do Tubo
		Sob Mascara
		Dificuldade Técnica - mm
TOTAL		TEMPO DE ANESTESIA
OPERAÇÃO		
RAFI de fratura exposta de fíbula		
ANESTESIA	CÓDIGO	CIRURGIÃO
Dra. Ana Paula Thomé		Dr. Bruno F. / Dr. R. / Dr. J. / Dr. L. / Dr. M. / Dr. N. / Dr. O. / Dr. P. / Dr. Q. / Dr. R. / Dr. S. / Dr. T. / Dr. U. / Dr. V. / Dr. W. / Dr. X. / Dr. Y. / Dr. Z.

Ana Paula Thomé
Anestesiologista
CRM-RR 1408

HOSPITAL PERDAS SANJUNIA, 11000
R. São João, 11000 - Fone: 2121-0500
Planta: 2121-0500
ALVENICACAO
17 de Maio 2012
Certifico e Dou Fé que a Presente Cópia
é Fiel Reprodução do Original que Foi
apresentado neste Hospital



GOVERNO DE RORAIMA
"AMAZÔNIA PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

CAUTELA ORTOPEDIA

Tipo Cirurgia:

Artroscopia de joelho

Data: 25/05/12 Nº. DO PRONTUÁRIO: _____

Paciente: Cláudio Pinheiro Ribeiro Idade: 40

Bloco: _____ Enfermaria: _____ Leito: _____

Caixa: Pequenos fragmentos Nº _____

Material Utilizado:

placa 13,25
parafusos 0,8x11

Médico Responsável

1ª Via - PRONTUÁRIO DO PACIENTE

2ª Via - CME



[Assinatura manuscrita]



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

EVOLUÇÃO MEDICA

[illegible]



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE

FICHA DE MATERIAL CONSUMIDO EM CIRURGIAS

Nome do Paciente		Apt° ou Leito		N° do Prontuário		Data	
Cláudio Rêgina Ribeiro						1	
CIRURGIA							
TIPO				TEMPO DE DURAÇÃO			
Osteossíntese de tornozelo				Início	Fim	Tempo Total	
				1			
EQUIPE MÉDICA							
CIRURGIA				ANESTESIA			
Dr. Bruno							
1° AUXILIAR				INSTRUMENTADOR			
Dr. Rogério (R3)							
2° AUXILIAR				CIRCULANTE			
Dr. Patrick (R1)							
TIPO DE ANESTESIA				TEMPO DE DURAÇÃO			
gaseosa + oxigênio							
QUANT	MATERIAIS		VALOR	QUANT	MEDICAMENTOS		VALOR
	CATGUT SIMPLES	N°			HORAS DE OXIGÊNIO		
	CATGUT SIMPLES	N°			FRASCO-SORO FISIOLÓGICO %cc		
	CATGUT SIMPLES	N°			FRASCO SORO		
	CATGUT	N°			FRASCO SORO GLICOSADO %cc		
	CATGUT CROMADO	N°			FRASCO SORO GLICOSA %cc		
	CATGUT CROMADO	N°			XOLOCAÍNA		
	CATGUT ATRAUMÁTICO RETO				FLAXEDIL		
	CATGUT ATRAUMÁTICO CURVO				FLUOTHANE		
	FIOS DE SEDA	N°			PETRANE		
	FIOS DE ALGODÃO	N°			ENTRANE		
	<input checked="" type="checkbox"/> MONONYLON COM AGULHA 2.0				ÉTER		
	MONONYLON SEM AGULHA				ATROPINA		
	<input type="checkbox"/> UNIDADES DE GAZE (pote 120cm)				PROSTGMINE		
	<input checked="" type="checkbox"/> PARES DE LUVAS N° 7,5M, 8M				THIONEMBUTA		
	EQUIPOS PARA SORO				MARCAÍNA		
	30cm ROLOS DE ESPARADRAPO				INOVAL		
	DRENOS	N°			GLICOSE %		
	SONDAS	N°			ÁGUA OXIGENADA		
	<input checked="" type="checkbox"/> AGULHAS 40x21 ; 26x18 / 26x17				MERTHIOLATE		
	<input checked="" type="checkbox"/> COMPRESSAS (pote 120cm)				MERCÚRIO CROMO		
	<input type="checkbox"/> LAMINAS PARA BISTURI 2L						
SOMA				SOMA			

MATERIAIS E MEDICAMENTOS CONSUMIDOS EM SALA DE CIRURGIA - VISTO DOS RESPONSÁVEIS		DEBITAR NA C.C. DO PACIENTE		VALOR
INSTRUMENTADOR (A)	ENFERMEIRA CHEFE	MATERIAL MEDICAMENTOS		
	unpauco			
FUNCIONÁRIO / CÉLULAS	FUNCIONÁRIO / C.C. DO PACIENTE	TAXA DE SALA		





BOLETIM OPERATÓRIO

BOLETIM OPERATÓRIO

Data: 25/05/12

OS: 01

Cláudia R. Silva

DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: Fratura luxação de humero lateral
INDICAÇÃO TERAPÊUTICA: Tto. cirúrgico
TIPO DE INTERVENÇÃO: Osteossíntese de fratura de humero lateral
MEDICAÇÕES E ACIDENTES: sem
DIAGNÓSTICO OPERATÓRIO: ocm
CIRURGIÃO: Dr. Paulo Figueira AUXILIAR: Dr. Rogério
2º AUXILIAR: Dr. Patrick INSTRUMENTADORA:
3º AUXILIAR: ANESTESIA: Inguet
ANESTESISTAS: Dr. Anselmo + Edna ANESTÉSICO:
INÍCIO: FIM: DURAÇÃO:

RELATÓRIO CIRÚRGICO

1. Buente em 2011 sob aquecimento e relaxamento
2. Após contusão.
3. Limpeza mecânica com água e álcool 70% e aplicação de curativo com gaze e bandagem.
4. Redução de fratura de fêmur + fixação com placa tornax e 06 parafusos + 06 parafusos corticais.
5. Redução de artroscopia de joelho.
6. Anestesia de humero.
7. HNG e vasodilata.
8. Sutura com fio nylon 2.0 de 2.0.
9. Curativo com gaze.





GOVERNO DE RORAIMA
"AMAZÔNIA PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

CAUTELA ORTOPEDIA

Tipo Cirurgia:

OSTEOTOMIA DE FOST DE ROMAREVIL

Data: 04/06/12

Nº. DO PRONTUÁRIO: _____

Paciente: CLAUDIO PEREIRA RIBEIRO Idade: _____

Bloco: B Enfermaria 213 Leito: 6

Caixa: Requisição Fragmentos Formosa Fort Nº _____

Material Utilizado:

Parafuso cortical P3 50 1

Arbute 1 40 1

Parafuso cortical 45
P 116 1

Médico Responsável

1º Via - PRONTUÁRIO DO PACIENTE

2º Via - CME





GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia Patrimônio dos Brasileiros"

Cláudio Pereira Ribeiro

FICHA DE ANESTESIA

07/06/12

PRÉ-MEDICAÇÃO - DROGA - DOSE - HORA - EFEITO	
Midaplan 2,5 mg + Fentanil 50 mcg 5"	
15 16 17 18 19	

AGENTES	N 20	15	30	45	15	30	45	15	30	45	15	30	45
02													

LÍQUIDOS VENOSOS	15	30	45	15	30	45	15	30	45	15	30	45

DA	°C	240	230	220	210	200	190	180	170	160	150	140	130	120	110	100	90	80	70	60	50	40	30	20
X																								
ULSO																								
ANES																								
X																								
OP																								
O																								
TEMP																								
ASPIR																								
A																								
RESP																								
O																								
Export																								
Apnd																								
Contm																								

SÍMBOLOS
Export
Apnd
Contm

AGENTES	DOSES	TÉCNICA	ANOTAÇÕES
A. Bupiv. Parado 15mg	15mg	Parado	CC C OK
B. Clorotina 2g	2g	Parado	Condução OK
C. Lidocaína 40mg	40mg	com agulha 27	PN OK
D. Articlaína 4mg	4mg	com 27 e 30	Uretrino OK
E. Hipoclor 2g	2g	com agulha de par	Gases / up anestesia OK
F. Articlaína 4mg	4mg	com	
G. Ceramab 100mg	100mg		
GLICOSE	LÍQUIDOS	Câmara - Naso / Oro Faríngea	
NDGD		Naso / Orotraqueal - Gogo	
SANGUE		Bal - Temp - Calibre do Tubo	
		Sob Máscara	
		Dificuldade Técnica	
TOTAL		TEMPO DE ANESTESIA	

OPERAÇÃO	Perda Sanguínea
Uretrino de fixação de Córneo	Limango - Espuma - Espuma Seca Depressão Respiratória - Hipoxia Náusea - Vômito

ANESTESIA	CÓDIGO	CIRURGIÃO
Lra. Ana Paula		Lra. Bruno
Lra. Juliana (R)		Lra. Wilson (R)
Lra. Rogério (R)		





GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE

FICHA DE MATERIAL CONSUMIDO EM CIRURGIAS

Nome do Paciente		Apt° ou Leito	N° do Prontuário	Data	
Cláudio Pereira Ribeiro		213.6		04/06/12	
CIRURGIA					
TIPO			TEMPO DE DURAÇÃO		
OSTEOTOMIA DE FÊMUR DE TROMBECOS			Início	Fim	Tempo Total
			15:50	16:30	
EQUIPE MÉDICA					
CIRURGIA		ANESTESIA			
Dr. Bruno		Dr. A. P. R. 1.20. R. 11			
1° AUXILIAR		INSTRUMENTADOR			
Dr. R. T. T.					
2° AUXILIAR		CIRCULANTE			
Dr. R. T. T.		M. L. M. N. E. R.			
TIPO DE ANESTESIA		TEMPO DE DURAÇÃO			
Rápid					
QUANT	MATERIAIS	VALOR	QUANT	MEDICAMENTOS	VALOR
	CATGUT SIMPLES N°			HORAS DE OXIGÊNIO	
	CATGUT SIMPLES N°			FRASCO-SORO FISIOLÓGICO %cc	
	CATGUT SIMPLES N°			FRASCO SORO	
	CATGUT N°			FRASCO SORO GLICOSADO %cc	
	CATGUT CROMADO N°			FRASCO SORO GLICOSA %cc	
	CATGUT CROMADO N°			XOLOCAÍNA	
	CATGUT ATRAUMÁTICO RETO			FLAXEDIL	
	CATGUT ATRAUMÁTICO CURVO			FLUOTHANE	
	FIOS DE SEDA N°			PETRANE	
	FIOS DE ALGODÃO N°			ENTRANE	
	MONONYLON COM AGULHA 30			ÉTER	
	MONONYLON SEM AGULHA			ATROPINA	
	UNIDADES DE GAZE			PROSTGMÍNE	
	PARES DE LUVAS N° 7-1	8.00		THIONEMBUTA	
	EQUIPOS PARA SORO			MARCAÍNA	
	ROLOS DE ESPARADRAPO			INOVAL	
	DRENOS N°			GLICOSE %	
	SONDAS N°			ÁGUA OXIGENADA	
	AGULHAS			MERTHIOLATE	
	COMPRESSAS			MERCÚRIO CROMO	
	LAMINAS PARA BISTURI 21				
SOMA			SOMA		

MATERIAIS E MEDICAMENTOS CONSUMIDOS EM SALA DE CIRURGIA - VISTO DOS RESPONSÁVEIS		DEBITAR NA C.C. DO PACIENTE		VALOR
INSTRUMENTADOR (A)	ENFERMEIRA CHEFE	MATERIAL MEDICAMENTOS		
	S. A. P. Y.			
FUNCIONÁRIO / CÁLCULOS	FUNCIONÁRIO / C.C. DO PACIENTE	TAXA DE ALTA		





GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE

FICHA DE MATERIAL CONSUMIDO EM CIRURGIAS

Nome do Paciente		Aptº ou Leito	Nº do Prontuário	Data	
Osório Pereira Ribeiro		213.6		04/06/12	
CIRURGIA					
TIPO				TEMPO DE DURAÇÃO	
OSTEOTOMIA DE FLEAT DE LOMBARETE				Início	Fim
				15:50	16:30
EQUIPE MÉDICA					
CIRURGIA		ANESTESIA			
Dr. Bruno		Dr. A. P. R. M. R.			
1º AUXILIAR		INSTRUMENTADOR			
Dr. R. H.					
2º AUXILIAR		CIRCULANTE			
Dr. R. H.		Mullery N. E.			
TIPO DE ANESTESIA		TEMPO DE DURAÇÃO			
Rápid					
QUANT	MATERIAIS	VALOR	QUANT	MEDICAMENTOS	VALOR
	CATGUT SIMPLES N°			HORAS DE OXIGÊNIO	
	CATGUT SIMPLES N°			FRASCO-SORO FISIOLÓGICO %cc	
	CATGUT SIMPLES N°			FRASCO SORO	
	CATGUT N°			FRASCO SORO GLICOSADO %cc	
	CATGUT CROMADO N°			FRASCO SORO GLICOSA %cc	
	CATGUT CROMADO N°			XOLOCAÍNA	
	CATGUT ATRAUMÁTICO RETO			FLAXEDIL	
	CATGUT ATRAUMÁTICO CURVO			FLUOTHANE	
	FIOS DE SEDA N°			BETRANE	
	FIOS DE ALGODÃO N°			ENTRANE	
	MONONYLON COM AGULHA 30			ÉTER	
	MONONYLON SEM AGULHA			ATROPINA	
	UNIDADES DE GAZE			PROSTGMINE	
	PARES DE LUVAS N° 7/1			THIONERBUTA	
	EQUIPOS PARA SORO			MADEAÍNA	
	ROLOS DE ESPARADRAPO			INOVAL	
	DRENOS N°			GLUCOSE %	
	SONDAS N°			ÁGUA OXIGENADA	
	AGULHAS			METABOLATE	
	COMPRESSAS			MERCÚRIO CROMO	
	LAMINAS PARA DISTUR				
SOMA			SOMA		
MATERIAIS E MEDICAMENTOS CONSUMIDOS EM SALA DE CIRURGIA - VISTO DOS RESPONSÁVEIS			DEBITAR NA D.C. DO PACIENTE		
INSTRUMENTADOR (A)		ENFERMEIRA CHEFE		MATERIAL MEDICAMENTOS	
		S. A. P. Y.			

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

CLÁUDIO PEREIRA RIBEIRO, brasileiro, união estável, portador da Cédula de Identidade RG 241548 SSP-RR, CPF 927.638.122-87, residente e domiciliado na Rua CJ 11, Nº 88, Casa 4, Birro Jóquei Clube, Município de Boa Vista, Estado de Roraima.

Declaro para os devidos fins Legais que sou hipossuficiente financeiramente na forma da lei (Lei nº 1.060/50, artigo 5º parágrafo 4º) não dispondo de recursos ou condições para arcar com as despesas e custas processuais sem prejuízo ao meu próprio sustento e de minha família.

Por este motivo, suplico a vossa excelência, que se digne em conceder os benefícios da justiça gratuita, tudo de conformidade com artigo 1º, Lei nº 5478, de 25 de julho de 1968.

Pelo qual firmo a presente declaração ciente de todas as condições legais.

Boa Vista, 12 de julho de 2012

CLÁUDIO PEREIRA RIBEIRO

CLÁUDIO PEREIRA RIBEIRO

19/07/2012: Distribuição.

Data: 19/07/2012

Movimentação: Distribuição

Complemento: 4ª Vara Cível de Boa Vista

Por: SISTEMA CNJ

Data: 19/07/2012

Movimentação: Conclusão

Por: SISTEMA CNJ

Data: 20/07/2012

Movimentação: Mero Expediente

Por: ELVO PIGARI JUNIOR

Relação de arquivos da movimentação:

- Despacho

20/07/2012: Audiência.

Data: 20/07/2012

Movimentação: Audiência

Complemento: (Agendada para 20 de Agosto de 2012 às 09:50)

Por: ELVO PIGARI JUNIOR

20/07/2012: Expedição de documento.

Data: 20/07/2012

Movimentação: Expedição de documento

Complemento: Para SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Por: ELVO PIGARI JUNIOR

Data: 20/07/2012

Movimentação: Documento expedido

Complemento: (P/ Advgs. de CLAUDIO PEREIRA RIBEIRO)

Por: ELVO PIGARI JUNIOR

20/07/2012: Audiência.

Data: 20/07/2012

Movimentação: Audiência

Por: ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

20/07/2012: Audiência.

Data: 20/07/2012

Movimentação: Audiência

Complemento: (Agendada para 14 de Agosto de 2012 às 15:00)

Por: ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

Data: 20/07/2012

Movimentação: Documento expedido

Complemento: (P/ Advgs. de CLAUDIO PEREIRA RIBEIRO)

Por: ALEXANDRE MARTINS FERREIRA

Data: 20/07/2012


Movimentação: Petição

Por: VALDENOR ALVES GOMES

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA
4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA-RR

4ª. VARA CÍVEL
Recebidos em Cartório
B. Vista-RR 20/07/12
às 11:53 horas.


Os promoventes já devidamente qualificados (as) nos autos dos processos abaixo epígrafados, por seu advogado que esta subscreve, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, requerer a juntada da petição inicial na forma física (CONTRAFÉ), com o objetivo de dar o normal prosseguimento na citação da parte promovida, como medida de inteira justiça.

Nº. PROCESSO	NOME / AUTOR
0715226-41.2012.823.0010 ✓	ANTONIA LILIANE SILVA MOTA
0715232-48.2012.823.0010 ✓	CLAUDIO PEREIRA RIBEIRO
0715234-18.2012.823.0010 ✓	CLAUDIO PEREIRA RIBEIRO
0715241-10.2012.823.0010 ✓	MICHAEL MATOS DO CARMO

Nestes termos

Espera deferimento.

Boa Vista-RR, 20 de julho de 2012.


Dr. VALDENOR ALVES GOMES
OAB/RR 618

25/07/2012: Documento lido.

Data: 25/07/2012

Movimentação: Documento lido

Complemento: (Por VALDENOR ALVES GOMES) em 25/07/12 *Referente ao evento Audiência

Conciliação Redesignada(20/07/12)

Por: VALDENOR ALVES GOMES

25/07/2012: Documento lido.

Data: 25/07/2012

Movimentação: Documento lido

Complemento: (Por VALDENOR ALVES GOMES) em 25/07/12 *Referente ao evento Mero Expediente(20/07/12)

Por: VALDENOR ALVES GOMES

Data: 20/08/2012

Movimentação: Audiência

Complemento: Com conciliação

Por: LUANA MAGNA AVILA VIEIRA

Relação de arquivos da movimentação:

- Laudo Pericial
- Termo de Audiência

AVALIAÇÃO MÉDICA PARA FINS DE CONCILIAÇÃO

[Art. 31º da Lei 11.945 de 4/8/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974]

Documento Digitalizado

Informações da Vítima

Nome completo: Claudio Pereira Ribeiro

CPF: 927.638.122-87

Endereço completo: Rua: C-11, 38, Joazeiro Clube

Informações do acidente

Local: Av. Centenário, Centenário

Data do Acidente: 25/05/2012

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de conciliação em razão do processo judicial nº 0715234-18, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na 4ª Vara Cível ou JEC da Comarca de BV - (RR).

Local, data.

Claudio Pereira Ribeiro

Assinatura da vítima

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso da resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

Tratado por médico
Tratado por médico - fratura

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Dor e edema instabilidade fratura

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias
b) ☒ dano anômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima:

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

- ☐ Sim, em que prazo:
☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou da resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total
(Dano anômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima).

b) ☒ Parcial
(Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima). Em se tratando de dano parcial informar-se o dano é:

b.1 ☐ Parcial Completo (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima).

b.2 ☐ Parcial Incompleto (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima).

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☒ 50% Média ☐ 75% Intensa

2ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☒ 50% Média ☐ 75% Intensa

3ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

4ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Local e data da realização do exame médico:

Assinatura do médico - CRM:

André de Oliveira
Médico
SALEK CRM 5284361-D

Dr. Rogério de P. Dias
Médico Legista
CRM 1205



ESTADO DE RORAIMA
Poder Judiciário
Juízo de Direito da 4.ª Vara Cível
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

AÇÃO DE COBRANÇA

PROCESSO N.º: 0715234-18.2012.823.0010

Autor: CLAUDIO PEREIRA RIBEIRO

Adv.: VALDENOR ALVES GOMES (OAB/RR 618 N)

Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Adv.: ALVÁRO LUIZ COSTA FERNANDES (OAB/AC 3592-A)

AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO – MUTIRÃO DPVAT

Aos 14 dias do mês de agosto do ano de 2012, às 15h40min, nesta cidade de Boa Vista (RR), no Fórum, na sala das audiências deste Juízo, presente a MM. Juiz Coordenador do Mutirão de Conciliação DPVAT, **Dr. Elvo Pigari Junior**, comigo escrevente, foi pelo Meritíssimo aberta a audiência de *Conciliação*, em que figuram as partes acima, inserida no Mutirão de Conciliação DPVAT. Realizado o pregão das partes, compareceu a parte autora acompanhada de seu advogado, bem como os prepostos da parte requerida, Paulo Leite de Farias Filho (RG.: 100.615.400 IFP; CPF.: 029.186.977-70), Anderson Arruda Alves da Silva, (OAB/RJ 160.052, CPF 102.107.877-85) e seu advogado. **ABERTA A AUDIÊNCIA**, foi apresentado o laudo relativo à perícia a qual a parte autora foi submetida nesta data, no qual consta a seguinte conclusão: perna esquerda com grau de 50% e crânio facial com grau de 50%. Como não houve pagamento administrativo. A parte ré apresentou proposta de acordo nos seguintes termos: propõe a pagar o valor de R\$ 11.475,00 (onze mil quatrocentos e setenta e cinco reais) referente ao principal e R\$ 1.721,25 (um mil setecentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos) referente aos honorários do advogado, no prazo de trinta dias úteis a contar da homologação do acordo, tudo nos termos da súmula 474 do STJ. As custas finais serão pagas pela ré. As partes renunciam ao direito de recorrer. O autor concordou com a proposta de conciliação e as partes pediram a homologação do acordo. O M.M. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA**: "*As partes submetem à apreciação deste Juízo o acordo acima descrito, que apresenta consonância com os ditames legais e constitucionais, razão pela qual o homologo por sentença, para que gere os devidos efeitos. Custas e honorários na forma do acordo. Arbitro os honorários periciais em R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), devendo os mesmos serem pagos no mesmo prazo*

Claudio



ESTADO DE RORAIMA
Poder Judiciário
Juízo de Direito da 4.ª Vara Cível
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

AÇÃO DE COBRANÇA

PROCESSO N.º: 0715234-18.2012.8.23.0010

Autor: CLAUDIO PEREIRA RIBEIRO

Adv.: VALDENOR ALVES GOMES (OAB/RR 618 N)

Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Adv.: ALVÁRO LUIZ COSTA FERNANDES (OAB/AC 3592-A)

estabelecido no acordo. Sentença publicada em audiência, com imediato trânsito em julgado. Expeça-se guia de depósito em conta judicial. Feito o depósito, expeçam-se os alvarás de levantamento do principal, dos honorários do advogado e do perito”. Nada mais havendo, mandou o MM Juiz encerrar o presente termo, que vai assinado por todos. Eu, Isabely Christine Ferreira escrevente, digitei e subscrevi.



M.M. JUIZ



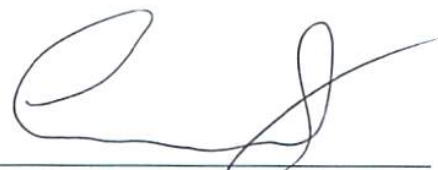
Valdenor Alves Gomes
Advogado Autor(a)



Anderson Arruda Alves da
Silva
Preposto Parte Ré



CLAUDIO PEREIRA RIBEIRO
Autor(a)



Alvaro Luiz Costa Fernandes
Advogado Requerido(a)

Paulo Leite de Farias Filho
Preposto Parte Ré

20/08/2012: Conclusão.

Data: 20/08/2012

Movimentação: Conclusão

Complemento: Juiz(íza) Titular ELVO PIGARI JUNIOR

Por: LUANA MAGNA AVILA VIEIRA

21/08/2012: Homologação de Transação.

Data: 21/08/2012

Movimentação: Homologação de Transação

Por: ELVO PIGARI JUNIOR

Relação de arquivos da movimentação:

- Sentença

16/10/2012: Petição.

Data: 16/10/2012

Movimentação: Petição

Por: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA
4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA - RR.**

Autos nº 0715234-18.2012.823.0010
Autor: CLÁUDIO PEREIRA RIBEIRO
Réu: DPVAT - SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

**DPVAT - SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO
SEGURO DPVAT,**

já qualificada nos autos em epígrafe, comparece, respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, para informar o cumprimento do acordo, requerendo a juntada dos comprovantes de depósito no valor de R\$ 13.196,25 (treze mil e cento e noventa e seis reais e vinte e cinco centavos), correspondente ao montante devido ao autor e ao seu procurador; e de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), referente aos honorários periciais.

As custas processuais finais, caso existentes, ficarão a encargo da Requerida, que providenciará o pagamento diretamente no cartório.

Por fim, se requer que doravante as intimações sejam em nome de ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES, 3592/AC.

*Nestes termos, pede deferimento.
Boa Vista, 9 de outubro de 2012.*

Alvaro Luiz Fernandes
OAB/AC 3592

Florindo Silvestre Poersch
OAB/AC nº 800



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA
GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA
Autor: CLÁUDIO PEREIRA RIBEIRO
Réu: DPVAT - SEGURADORA LIDER DOS C
BOA VISTA - 4 VARA CIVEL
Processo: 07152341820128230010 - ID 081210000000150338
ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente
para efetivação do depósito.
ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente
para efetivação do depósito.

03/10/2012 - BANCO DO BRASIL - 17:42:33
837418234 0784

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

BANCO DO BRASIL S.A.

00190000090161078800036367539180255640001319625
NOSSO NUMERO 16107880036367539
CONVENIO 01610788
SISTEMA DJO - DEPOSITO JUDICIAL 2234/99747159
AGENCIA/COD. CEDENTE 31/12/2012
DATA DE VENCIMENTO 03/10/2012
DATA DO PAGAMENTO 13.196,25
VALOR DO DOCUMENTO 13.196,25
VALOR COBRADO 13.196,25
DADOS CHEQUE: 001 001 1769 306.440,002 591.682

NR.AUTENTICACAO E.826.683.893.4EB.921
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

CEDENTE : BANCO DO BRASIL S/A

RECIBO DE SACADO

Nome do Cliente	Data de Vencimento	Valor Cobrado
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO	31/12/2012	13.196,25
Agência / Código do Cedente	Nosso Número	Autenticação Mecânica
2234 / 99747159-0	16107880036367539	

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA
GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA
Autor: CLÁUDIO PEREIRA RIBEIRO
Réu: DPVAT - SEGURADORA LIDER DOS C
BOA VISTA - 4 VARA CIVEL
Processo: 7152341820128230010 - ID 081210000000150346
ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente
para efetivação do depósito.
ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente
para efetivação do depósito.

03/10/2012 - BANCO DO BRASIL - 17:20:36
837418234 0710

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

BANCO DO BRASIL S.A.

00190000090161078800036367614181455640000015000
NOSSO NUMERO 16107880036367614
CONVENIO 01610788
SISTEMA DJO - DEPOSITO JUDICIAL 2234/99747159
AGENCIA/COD. CEDENTE 31/12/2012
DATA DE VENCIMENTO 03/10/2012
DATA DO PAGAMENTO 150,00
VALOR DO DOCUMENTO 150,00
VALOR COBRADO 150,00
DADOS CHEQUE: 001 001 1769 7706.440.002 591.616

NR. AUTENTICACAO 4.0CB.FAB.548.71A.A4A
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

CEDENTE : BANCO DO BRASIL S/A

RECIBO DE SACADO

Nome do Cliente	Data de Vencimento	Valor Cobrado
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO	31/12/2012	150,00
Agência / Código do Cedente	Nosso Número	Autenticação Mecânica
2234 / 99747159-0	16107880036367614	

R. Senador Dantas 74, 5º andar
Centro Rio de Janeiro CEP 20031-205
Tel 21 3861-4600
www.seguradoralider.com.br



Seguradora Líder • DPVAT

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **Drs. ALVARO LUIZ FERNANDES**, brasileiro, divorciado, inscrito na OAB/AC sob o nº 3592, **FLORINDO SILVESTRE POERSCH**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/AC sob o nº 800, **LEONARDO COSTA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/AC sob o nº 3.584; com escritório na Rua Jardim Primavera nº 207, Conjunto Jardim Manoel Julião, bairro Vila Ivonete, Rio Branco, Acre - 69.914.405, **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA POERSCH ADVOGADOS ASSOCIADOS**, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, vedado receber, dar quitação e levantar alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser

R. Senador Dantas 74, 5º andar
Centro - Rio de Janeiro CEP 20031-205
Tel 21 3861-4600
www.seguradoralider.com.br



Seguradora Líder - DPVAT

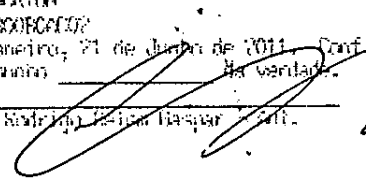
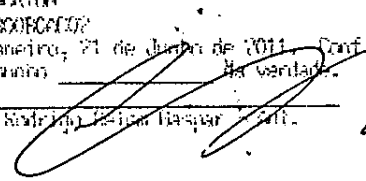
liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 2011


MARCELO DAVOLI LOPES


JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

179 OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firme Oliveira
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro. 2107-9600. Reconheço
por semelhança as firmas dos MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ MÁRCIO
BARBOSA NORTON

Data 06/08/2011
Rio de Janeiro, 21 de junho de 2011. Conf. por: 
Fm. testemunha Na verdade. Serventia: 
Total

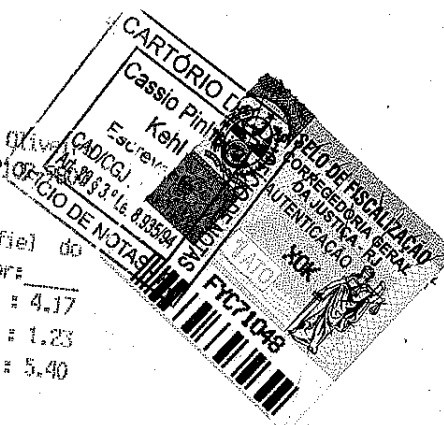
Bruno Rodrigo Testa Naspar - Aut.



179 OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firme Oliveira
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9600
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do
original que foi apresentado. Cod: 087804800630A6. Conf. por:
Rio de Janeiro, 21 de junho de 2011.

Cassio Pinheiro Kehl - Aut.

Serventia : 4.17
30% TJRJFUNDOS : 1.23
Total : 5.40



Composição: 2) Alterar o Parágrafo único do art. 18 do Estatuto Social da Companhia, para permitir a revelação dos membros do Comitê de Auditoria pelo período máximo permitido pela legislação vigente; 3) Aprovar a Plataforma de Remuneração dos funcionários e administradores; e 4) Alterar o artigo 19 do Estatuto Social da Companhia para incluir a designação específica "prevenção de fraudes" como função de um diretor, Soma de Trabalhos: Presidente: Luiz Tavares Pereira Junior, brasileiro, casado, administrador, titular do documento de identidade nº 672.475.395-87, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como suplenente; (I) Diretor: Carlos Eduardo Cordeiro do Lago, brasileiro, casado, administrador, titular do documento de identidade nº 054.888.698-43, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como suplenente; (II) Jullie Cezar Alves de Oliveira, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 373.024, expedido pela SPSPS, inscrito no CPF/MF sob o nº 455.306.657-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como suplenente; e Alencar Rodrigues Ferreira Junior, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 054.888.698-43, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como suplenente; (III) Gustavo Pinheiro Gomes Netto, brasileiro, casado, titular do documento de identidade nº 09.182.310-4, expedido pelo IPRJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 009.041.017-38, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como suplenente; e Bernardo Diekmann, brasileiro, casado, administrador de empresas, titular do documento de identidade nº 000.884-5, expedido pelo IPRJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 106.818.347-79, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como suplenente; (IV) Lauro Magno Agrizal, brasileiro, casado, administrador de empresas, titular do documento de identidade nº M-388.030, expedido pela SSPMS, inscrito no CPF/MF sob o nº 071.722, expedido pelo IPRJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 054.888.698-43, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como suplenente; e José Vianca Gomes da Silva, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº 8.547.796-5, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF/MF sob o nº 928.462.918-04, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como suplenente; (V) Casimiro Bianco Gomez, brasileiro, separado judicialmente, economista, titular do documento de identidade nº 054.888.698-43, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como suplenente; (VI) Mauro Cesar Batista, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 8.235.874-5, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF/MF sob o nº 131.571.918-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como suplenente; (VII) Tasshi Komamura, japonês, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 672.475.395-87, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como titular; e Isael Aka, japonês, casado, secretário, titular do documento de identidade nº W259069-2, expedido pelo CGPJUDIREX/DPE, inscrito no CPF/MF sob o nº 955.995.095-34, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como suplenente; (VIII) Juvenio Cavalcante Braga, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 735.206, expedido pela SSPDF, inscrito no CPF/MF sob o nº 258.287.161-04, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como titular; e Sidney Maury Sentomas, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 8.235.874-5, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF/MF sob o nº 1.104.495, expedido pela SSPDF, inscrito no CPF/MF sob o nº 555.928.341-34, residente e domiciliado em Brasília, como suplenente; (IX) Ney Ferraz Dias, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 05.849.175-4, expedido pelo IPRJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 613.485-77-72, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como suplenente; (X) Tadeu Tavares, brasileiro, secretário, titular do documento de identidade nº 13.517.296-2, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF/MF sob o nº 012.085.876-61, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como suplenente; (XI) Mauro Cesar Batista, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 882.918, expedido pela SSPDF, inscrito no CPF/MF sob o nº 258.287.161-04, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como titular; e Assisde Aparecido de Oliveira, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 6.138.174, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF/MF sob o nº 670.083.998-04, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como suplenente; (XII) Isaac Bellini Santos, brasileiro, divorciado, titular do documento de identidade nº 7.286.115-2, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF/MF sob o nº 047.010.739-30, residente e domiciliado na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, como titular; e Leônidas dos Santos Viana, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 14.089.528-0, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF/MF sob o nº 073.933.298-83, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como suplenente; (XIII) Múcio Naves de Albuquerque Cavalcanti, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade nº 1.118.805, expedido pela SSPPE, inscrito no CPF/MF sob o nº 093.856.054-15, residente e domiciliado na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, como titular; e Alexandre de Almeida, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 1.412.855, expedido pelo IPRJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 005.888.817-91, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como suplenente;

(II) Ernesto Luis Pedreira Júnior, brasileiro, casado, contador, titular do documento de identidade nº 313.153-77, expedido pela SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 040.343.859-19, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, como titular; (iii) Paulo de Oliveira Medeiros, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, titular do documento de identidade nº 3.418.519-37, expedido pela SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 040.343.859-19, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, como suplente; (iv) Ricardo José Iglesias Teixeira, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade nº 1.102.754-77, expedido pela SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 491.359.339-53, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, como titular; e Alberto Mouta de Souza, brasileiro, solteiro, economista, titular do documento de identidade nº 16.100, expedido pelo CPF/MF sob o nº 785.017.147-53, residente e domiciliado na Cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como suplente; (v) Ricardo José Iglesias Teixeira, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade nº 1.102.754-77, expedido pela SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 491.359.339-53, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, como titular; e Luiz Eduardo Fidalgo, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº 743.952-22, expedido pela SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 033.068.829-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular; e Luis Eduardo Fidalgo, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº 74.800; expedido pela CAB/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 785.017.147-53, residente e domiciliado na Cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como suplente; e (vi) Eduardo Sérgio de Souza Gonçalves Nunes, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 036.846.33-5, expedido pelo IPR/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 350.155.577-47, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como titular; e Eli Nunes de Alcântara Bezerra, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, titular do documento de identidade nº 3168378-8, expedido pelo IPR/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 350.155.577-47, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como suplente; A publicação da Declaração de Propósito relativo aos conselheiros que não integrem a Administração da Companhia foi publicada nas edições do "Jornal Valor Econômico" (edição nacional), nos dias 11 e 12 de março de 2010, nas páginas C5 e C6, respectivamente. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos terão prazo de mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no exercício de 2010, e os membros ora eleitos não integram a Administração da Companhia. A posse dos membros do Conselho de Administração dada mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas do Conselho de Administração da Companhia. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos declaram ter conhecimento de que a validade da sua eleição depende da aprovação da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Os conselheiros ora eleitos declaram não estarem incumbidos em nenhuma atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da Lei. Os Conselheiros eleitos declaram, por fim, que preveem os requisitos previstos nas Resoluções nº 65/2001 e 136/2005, ambas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. Os conselheiros deliberaram ainda, por unanimidade, a remuneração global dos administradores para o ano de 2009, desde que não haja alteração de suas atribuições (uma alteração de atribuição é considerada uma alteração de cargo, nos termos da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976) (uma) até o montante de: (a) R\$ Ralhoar as designações de diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da seguinte forma: (i) Ricardo de Sá/Alexsandro Xavier/Andréonir designado responsável administrativo pelo controle interno; (ii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável administrativo pelo controle externo; (iii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de riscos; (iv) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de recursos humanos; (v) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de tecnologia da informação; (vi) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de relações públicas; (vii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos jurídicos; (viii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos financeiros; (ix) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de compliance; (x) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de sustentabilidade; (xi) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de diversidade; (xii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de segurança; (xiii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de meio ambiente; (xiv) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de saúde e segurança; (xv) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de ética e conduta; (xvi) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de governança; (xvii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de transparência; (xviii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de comunicação; (xix) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de marketing; (xx) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de vendas; (xxi) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de distribuição; (xxii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de atendimento ao cliente; (xxiii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de suporte ao cliente; (xxiv) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de treinamento; (xxv) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de desenvolvimento de talentos; (xxvi) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de recrutamento; (xxvii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de seleção; (xxviii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de avaliação de desempenho; (xxix) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento estratégico; (xxx) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento operacional; (xxxi) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento financeiro; (xxxii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos humanos; (xxxiii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de tecnologia da informação; (xxxiv) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de relações públicas; (xxxv) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos financeiros; (xxxvi) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos humanos; (xxxvii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de tecnologia da informação; (xxxviii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de relações públicas; (xxxix) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos financeiros; (xl) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos humanos; (xli) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de tecnologia da informação; (xlii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de relações públicas; (xliiii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos financeiros; (xliv) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos humanos; (xlv) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de tecnologia da informação; (xlvi) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de relações públicas; (xlvii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos financeiros; (xlviii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos humanos; (xlvix) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de tecnologia da informação; (xlx) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de relações públicas; (l) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos financeiros; (li) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos humanos; (lii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de tecnologia da informação; (liiii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de relações públicas; (liv) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos financeiros; (lvi) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos humanos; (lvii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de tecnologia da informação; (lviii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de relações públicas; (lix) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos financeiros; (lxi) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos humanos; (lxii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de tecnologia da informação; (lxiii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de relações públicas; (lxiv) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos financeiros; (lxv) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos humanos; (lxvi) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de tecnologia da informação; (lxvii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de relações públicas; (lxviii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos financeiros; (lxix) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos humanos; (lxx) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de tecnologia da informação; (lxxi) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de relações públicas; (lxxii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos financeiros; (lxxiii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos humanos; (lxxiv) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de tecnologia da informação; (lxxv) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de relações públicas; (lxxvi) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos financeiros; (lxxvii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos humanos; (lxxviii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de tecnologia da informação; (lxxix) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de relações públicas; (lxxx) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos financeiros; (lxxxi) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos humanos; (lxxxii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de tecnologia da informação; (lxxxiii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de relações públicas; (lxxxiv) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos financeiros; (lxxxv) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos humanos; (lxxxvi) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de tecnologia da informação; (lxxxvii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de relações públicas; (lxxxviii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos financeiros; (lxxxix) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos humanos; (lxxxx) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de tecnologia da informação; (lxxxxi) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de relações públicas; (lxxxxii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos financeiros; (lxxxxiii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos humanos; (lxxxxiv) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de tecnologia da informação; (lxxxxv) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de relações públicas; (lxxxxvi) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos financeiros; (lxxxxvii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos humanos; (lxxxxviii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de tecnologia da informação; (lxxxxix) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de relações públicas; (lxxxxx) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos financeiros; (lxxxxxi) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos humanos; (lxxxxxii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de tecnologia da informação; (lxxxxxiii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de relações públicas; (lxxxxxiv) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos financeiros; (lxxxxxv) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos humanos; (lxxxxxvi) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de tecnologia da informação; (lxxxxxvii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de relações públicas; (lxxxxxviii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos financeiros; (lxxxxxix) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos humanos; (lxxxxxx) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de tecnologia da informação; (lxxxxxxi) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de relações públicas; (lxxxxxxii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos financeiros; (lxxxxxxiii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos humanos; (lxxxxxxiv) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de tecnologia da informação; (lxxxxxxv) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de relações públicas; (lxxxxxxvi) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos financeiros; (lxxxxxxvii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de recursos humanos; (lxxxxxxviii) Alexandre de Sá/Alexsandro Xavier designado responsável pelo gerenciamento de assuntos de planejamento de tecnologia da informação; (lxxxxxxix

Artigo 1º - A **Demora nº 74** é uma sociedade de Capital Social da Companhia, situada no endereço da sede social, tem como 1º fundador o Sr. **André**, que já foi aprovado anteriormente, pela Diretoria da Companhia em 15 de abril de 2008. Em razão da deliberação em tela, o Art. 3º do Estatuto Social passa a vigor com a seguinte redação: "Artigo 3º - A Companhia tem sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no endereço: Rua **André**, nº 74, 5º andar, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País. 7) Aprovar, por maioria de votos, a alteração do parágrafo único do Art. 15 do Estatuto Social da Companhia, de modo a permitir a realização dos membros do Comitê de Auditoria pelo período máximo, permitido pela legislação vigente, atualmente de 5 (cinco) anos, e a alteração da deliberação emitida, o parágrafo único do Art. 19 do Estatuto Social da Companhia, de modo a permitir a realização do parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos entre os titulares pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um) ano, sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e, posteriormente, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração". A sociedade Gente Seguradora S.A. votou no sentido de não aprovar a referida alteração estatutária; 3) Aprovar, por unanimidade, os princípios gerais da Plataforma de Remuneração dos Diretores, aprovada pelo Conselho de Administração, através da Comissão, que fica arquivada na sede da Companhia e 4) Aprovar, por unanimidade, a alteração do Art. 19 do Estatuto Social da Companhia para incluir a designação específica - "prevenção de fraudes" como função de um diretor. Em razão da deliberação em tela, o Art. 19 do Estatuto Social da Companhia passa a vigor com a seguinte redação: "Artigo 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios da Companhia, sob a supervisão e o controle da Assembleia Geral. Os Diretores são designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que, terá as atribuições da Lei nº 9.815/98, outro que será o responsável técnico e de relacionamento com o SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, e um diretor responsável pela prevenção de fraudes, tudo de acordo com a legislação em vigor, e, ainda, os demais cargos e atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração o Conselho de Administração". Em razão das deliberações havidas, deliberaram os acionistas, por unanimidade, consolidar o Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. - Estatuto Social (consolidado) - Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração - Artigo 1º - A Companhia é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. Artigo 2º - A Companhia tem por objeto operar, nos termos de seguros de danos e de pessoas, podendo obter, por consórcio com o líder, com previsão regulamentada, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, a autorização para operar, também, o seguro de danos e de pessoas, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 7º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e escritórios e representações em qualquer localidade do País. Artigo 4º - A Companhia terá prazo indeterminado de duração. Capítulo II - Capital Social e Ações - Artigo 5º - O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal. Capítulo Primeiro - Cadaçãoção ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Artigo 6º - Respeitados as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá emitir resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie outorgada ou adquirida por mantê-las em tesouraria, pelo preço praticado no mercado, e a Companhia poderá emitir ações de qualquer espécie para fins de regularização característica da operação. Capítulo III - Assembleia Geral - Artigo 7º - A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia, e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa, desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei. Artigo 8º - A Assembleia Geral reúne-se ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social, e extraordinariamente, a qualquer tempo, a pedido da Diretoria ou do próprio Capítulo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei, independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral e que comparecerem todos os acionistas. Capítulo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por votação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) diretores para auxiliá-lo. Capítulo Primeiro - O dirigente dos trabalhos, manter a ordem, suspender, editar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata. Capítulo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, e os representantes legais e o procurador constituído, na sede da Assembleia Geral, insatisfeitos, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação insatisfeitos com qualquer número. Capítulo Quarto - As decisões da Assembleia Geral serão tomadas através de ata e deverá constar a transcrição das deliberações tomadas. De sua transcrição certidões ou cópias autênticas, de acordo com as regras legais, serão expedidas. Capítulo Quinto - A aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias. Capítulo IV - Administração da Companhia - Artigo 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva. Capítulo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse emitido pelo Conselho de Administração. Capítulo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estabelecer-se-á até a investitura dos respectivos sucessores. Capítulo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso. Capítulo Quarto - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar

DIÁRIO OFICIAL

PUBLICAÇÕES

ENVIO DE MATÉRIAS: As matérias para publicação deverão ser enviadas pelo sistema edops ou entregues em mídia eletrônica nas Agências Rio ou Niterói.

PARTE I - PODER EXECUTIVO: Os textos e reclamações sobre publicações de matérias deverão ser encaminhadas à Assessoria para Preparo e Publicação Das Atos Oficiais - à Rua Pinheiro Machado s/nº - (Pátio Guanabara - Cás Civil), Laranjeiras, Rio de Janeiro - RJ. Brasil - CEP 22.231-001 - Tele.: (0xx21) 2334-3242; e 2334-3244.

AGÊNCIAS DA IMPRENSA OFICIAL - RJ: Atendimento das 09:00 às 17:00 horas
RIO - Rua São José, 35, sl. 22/24
- Edifício Garagem Conselheiros Cordeiro
Tel.: (021) 2123.0548, 2123.0549, 2123.0550, 2123.0551
NITERÓI - Rua Vis. de Sepetiba, 519
Térreo, Centro; Niterói, RJ
Tel.: (021) 217.5611 a 217.1414/154

PREÇO PARA	cm/cx	R\$ 132,00
PREÇO PARA	cm/cx	R\$ 82,10

RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATÉRIAS: Deverão ser dirigidas, por escrito, ao Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no máximo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação.

de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro

- Parte V - Publicações a Pedido

ASSINATURAS SEMESTRAIS DO DIARIO OFICIAL

ASSINATURA NORMAL	R\$ 284,00
ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS	R\$ 199,00 (*)
ÓRGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 199,00 (*)
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 199,00 (*)

(*) SOMENTE PARA OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E NITERÓI.

BS: As assinaturas com desconto somente serão concedidas para o funcionalismo público federal, Estadual, Municipal, mediante a apresentação do último contracheque.

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: Rua Marquês de Olinda 21

Centro - Niterói, R.J. CEP 24030-178. Tel: (0xx27) 2717-4141 FAX - Fax (0xx27) 2717-4348

www.imprensaoficial.rj.gov.br

0800 281 625 444 85 44 194

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel.: 0800-2844675 das 9h às 18h

e letrados, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia. Artigo 30 - A Companhia observará todas as normas de conduta dos estatistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, e adotar a administração abster-se de registrar as assinaturas de estatistas não autorizados. Os respectivos termos e condições de assessoria, bem como os respectivos valores, serão aprovados pelo Presidente da Assembleia Geral ou, em seu caso, o Administrador, abster-se de computar os votos proferidos com intenção contrária aos mencionados acordos de estatistas. Artigo 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva e defendida em processos judiciais e administrativos contra a sua pessoa, a cobertura de todos os riscos no exercício de cargo ou função social, inclusive a responsabilidade civil, por ato ilícito praticado no Brasil, e, se necessário, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

"Artigo 32 - Fica eleito o Foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qual outro, por mais privilegiado que seja." Por fim, foi aprovada, por unanimidade, a seguinte declaração presente na forma sumária e a sua publicação com a omissão das assinaturas dos estatistas, nos termos do §1º e §2º do art. 130 da Lei nº 6.404/76, respectivamente. Encerramento, Lavatura, Aprovação e Assinatura da Ata:Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e levada a presente ata, que, após lida, foi aprovada e assinada por todos os estatistas presentes. Assinaturas da Mesa: Luiz Flavio Soares, Presidente da Assembleia Geral, Diretor do Conselho Administrativo do Acionista; Lúcio Cláudio Segura, Presidente da Companhia de Seguros; Azul Cia. de Seguros; Genesil Segura S.A.; BCS Seguros S.A.; Bradesco AutôRE Cia. de Seguros; Bradesco Vida e Previdência S.A.; Brasil Velocitas Companhia de Seguros; Caixa Seguradora S.A.; Centauru Vida e Previdência S.A.; Cesobrasil Seguros de Garantias e Crédito S.A.; Cia. Esmaltor de Seguros Cia. de Seguros Allianz do Brasil; Cia. de Seguros Grabinha do Brasil; Cia. de Seguros Brasil S.A.; Cia. de Seguros Previdencia do Sul; CONAPP Cia. Nacional de Seguros S.A.; Cia. de Seguros e Previdência S.A.; Fator Seguradora S.A.; Federal de Seguros S.A.; Fenix Vida e Previdência S.A.; Generat do Brasil Cia. Nacional da Seguros; Gentle Seguradora S.A.; Iata Hartford Seguros S.A.; IH Cia. de Seguros e Previdência; Itaú Seguros S.A.; Itau Vida e Previdência S.A.; J. Malucelli Seguradora S.A.; J. Malucelli Vida e Previdência S.A.; Manes Mapfre Riscos Especiais Seguradora S.A.; Mapre Nossa Cabe Vida e Previdência S.A.; Mapre Seguradora de Garantias e Créditos S.A.; Mapre Seguradora S.A.; Mapre Voz Cruz Vida e Previdência S.A.; Martins Seguradora S.A.; MB Seguros S.A.; MetLife Seguradora S.A.; Mirante Seguradora S.A.; Monopoli S.A. Seguros; Previdência; Nobre Seguradora do Brasil S.A.; Paraná Cia. de Seguros; Porto Seguro Cia. de Seguros; Gerais; Porto Seguro Vida e Previdência S.A.; PQ Seguros S.A.; Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.; Petros Seguros Gerais S.A.; Safra Vida e Previdência S.A.; Tokio Marine Brasil Seguradora S.A.; Tokio Marine Seguradora S.A.; Tokio Seguros e Seguros S.A.; Umbro Seguros S.A.; "Em nome do povo brasileiro" - Associação Brasileira de Seguros e Previdência S.A.; "En aprovação"Intitug Uniao AIG Vida e Previdência S.A.; e Vanguarda Cia. de Seguros Gerais. Rio de Janeiro: 18 de março de 2008=2008=Luz Flavier Pereira-Filho - Presidente;

M André Luis Faoro - Secretário-Cedidat; que presente a copia fidel e autografica levada no Livro das Atas das Assembleias Gerais da Companhia Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - NIRE 19.093.903/0001, inscrita no CNPJ nº 08.959.855/0001-93, em 19/03/2009, arquivado Deliberação em 18/03/2009 e Registro sob nº 00001954672.

Walter G. M. Sene - Registrador Geral

1414 *Journal of Interpersonal Violence*

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 09/02/2009.

1- Data: _____ Local: Dia 09/02/2009, às 10h00min; na sede social da Companhia, situada na Rua Cândido de Fátima nº 685, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ. 2- Comunicação: Edital de Convocação publicado nos dias 23, 26 e 27/01/2009 no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal do Comércio. 3- Ezaqueze dos Santos: Acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do capital com direito a voto da Companhia; ficando constatada a existência do quórum legal para a realização desta Assembleia, estando presente também o Diretor Presidente da Companhia, Sr. Damião Carlos Moreira Távora, e os membros do Conselho Administrativo, Srs. José Roberto Lacerda Tinoco, Damião Carlos Moreira Távora, Alexandre Deliberto de Almeida Junior, Damião Carlos Moreira Távora, e Luiz Antonio Delabre Junior. Os Acionistas presentes deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, sobre as seguintes itens, bem como autorizar/nomear a lavratura e publicação da presente ata na forma do Art. 130 de Lei nº 6.404/76: "A). Aumento do limite do capital autorizado da INVEPAR com alterações estatutárias: Os acionistas decidiram aumentar em R\$ 1.250.000.000,00 (um bilhão, duzentos e cinquenta milhões de Reais), de forma que o capital social da Companhia possa ser aumentado até o valor independentemente de reforma estatutária, mediante chancelamento das quotas de reserva livre e integralização das mesmas. Os acionistas decidiram alterar o Artigo 5º, bem como o caput do Artigo 6º, ainda; incluir no Artigo 8º um novo parágrafo 3º, com o subsequente remuneração dos parágrafos seguintes; passando o Artigo 5º e o Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia e ler as seguintes novas redações: Nova redação dos Artigos 5º e 6º do Estatuto Social da INVEPAR: "Art. 5º. O Capital Social, inteiramente subscrito e Integralizado, é de R\$ 102.587.842,90 (cento e dois milhões; quinhentos e oitenta e sete mil, oitocentas e setenta e quatro reais e sessenta centavos); equivalente a 1.212.578 (um milhão, duzentas e doze mil, cento e vinte e três mil, quatrocentos e trinta e nove) ações ordinárias de R\$ 83,665.880 (oitenta e seis milhares, trezentas e oitenta e seis mil, oitocentas e oitenta) ações preferenciais, todas escriturais e sem valores nominais. Art. 6º. A Companhia tem autorização para aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 1.250.000.000,00 (um bilhão; duzentos e cinquenta milhões de Reais); (...) §3º. O limite do capital autorizado da Companhia somente poderá ser modificado por deliberação da Assembleia Geral." B). Alteração do âmbito de administração: deliberar sobre a emissão de novas ações, até o limite máximo de R\$ 1.250.000.000,00 (um bilhão; duzentos e cinquenta milhões de Reais), sob condições de preço de emissão e as condições de integralização, bem como as demais condições e procedimentos relativos à tal emitida-emissão, estipulando-se que os aumentos de capital são destinados preferencialmente a realização de investimentos nas sociedades nas quais a Companhia participe ou de que venha a participar observado o objeto social. §5º. Os acionistas terão direito de preferência para subscrição de novas ações ou de outros valores mobiliários que assegurarem o direito de subscrever novas ações da Companhia; na proporção do número de ações por eles anteriormente detidas. §6º. Nos casos mencionados no Artigo 172 de Lei 6.404/76, não haverá nenhuma limitação do Conselho Administração, quando este decidir emitir, por lettering, ações ordinárias de R\$ 83,665.880

ANOTE ESTE NÚMERO:
NOVO PARX DA
IMPRESA OFICIAL!

(21) 27174141

Parte V

Publicações a Pedido

www.imprensaoficial.rj.gov.br

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Esta Parte é editada eletronicamente desde 23 de Janeiro de 2006

ATAS, CERTIDÕES E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Associações, Sociedades e Firmas

FOZ DE RIO DAS OSTRAS PARTICIPAÇÕES S.A.
NIRE 33.0028547-4
CNPJ/ME nº 09.506.000001-45
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL-EXTRAORDINÁRIA - Dia, hora e local: Em 30 do novembro de 2009, às 10:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Rua Dr. Benito Costa Júnior, nº 258, sala 112, parte, Centro, Rio das Ostras, RJ, CEP 28890-000. Presenças: Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas. Convocação: Dependência e publicação de Edital de Convocação, na forma do artigo 124, § 4º, da Lei 6.404/76. Asses: Ana Beatriz Rocha Mascarenhas, Simone Elza Martins e Tioclânio Vaz Mascarenhas. Deliberações: Os debates foram tomados por unanimidade de votos: 1) aprovada a lavratura da presente ata na forma sumária, conforme faculta o artigo 130, § 1º, da Lei 6.404/76; 2) aprovado o aumento do capital social em R\$ 785.000,00 (setecentos e oitenta e cinco mil reais), mediante a emissão de 398.885 (trezentos e noventa e oito mil, oitocentos e sessenta e cinco) novas ações ordinárias, subscritas e integralizadas pela Companhia, em nome de Simone Elza Martins e Tioclânio Vaz Mascarenhas, que integrou a presente ata como Anexo 1, mediante capitalização de créditos dejetos pela FOZ contra a Companhia no mesmo valor, conforme laudo de avaliação integrante desta ata como Anexo 2; 3) como consequência da deliberação aprovada no item 1 acima, o capital social da Companhia passará dos atuais R\$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões de reais), dividido em 23.500.000 (vinte e três milhões e quinhentos mil) ações ordinárias, sem valor nominal, e 22.750.081 (vinte e dois milhões, setecentos e cinquenta mil e oitenta e uma) ações preferenciais, para R\$ 28.785.000,00 (vinte e três milhões, setecentos e oitenta e cinco mil e oitenta e uma) reais; 4) aprovada a emissão de 398.885 (trezentos e noventa e oito mil, oitocentos e sessenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e 22.750.081 (vinte e dois milhões, setecentos e cinquenta mil e oitenta e uma) ações preferenciais. Desta forma, os acionistas resolvem aprovar a alteração do art. 4º do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar com a seguinte redação: "Art. 4º - O capital social da Companhia é de R\$ 28.785.000,00 (vinte e três milhões, setecentos e oitenta e cinco mil e oitenta e uma) reais, dividido em 23.598.885 (vinte e três milhões, oitocentos e oitenta e cinco) e oito mil, oitocentos e sessenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e 22.750.081 (vinte e dois milhões, setecentos e cinquenta mil e oitenta e uma) ações preferenciais, sem valor nominal, integralizadas e subscritas, sem valor nominal, todas totalmente subscritas e integralizadas, § Único - Fica vedada a emissão pela Companhia de partes beneficiárias."; 4) ratificada a nomeação da empresa Guimarães e Silveira Consultoria e Serviços Contábeis Ltda., inscrita no Conselho Regional de Contabilidade nº 01 - CRC-BA 040903/0-5 "S" RJ, CNPJ (MF) sob nº 07.533.214/0001-12, sediada na Avenida Tancreto Neves, nº 939, Edif. Espetacular Tower, sala 907, Caminho das Árvores, Salvador, BA, inscrita no Conselho Regional de Contabilidade nº 01 - CRC-BA 040903/0-5, e a Lei 6.404/76, proceder à avaliação dos créditos dejetos pela Foz contra a Companhia, alterados como bem para a integralização das ações referidas no item 2 acima; 5) tendo sido previamente consultado pela Diretoria da Companhia, os peritos da Guimarães e Silveira antecederam-se aos estudos e preparação do laudo de avaliação dos créditos dejetos pela acionista Foz, confirmando seu valor, conforme Laudo de Avaliação que restou integralmente aprovado nesta Assembleia e que passa a integrar a presente ata como Anexo 2. O Laudo de Avaliação foi lido e aprovado por unanimidade de votos nesta ata, após numerados seguidamente e autenticados pelos membros da Mesa. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada e reunida, lavrando-se a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 30 de novembro de 2009. Mesas: Ana Beatriz Rocha Mascarenhas, Presidente; Simone Elza Martins Pereira, Secretária. Acionistas: Ana Beatriz Rocha Mascarenhas e Tioclânio Vaz Sampaio Mananetti pela acionista Foz do Brasil S/A; Adriane Chaves Jucá Roberto e Paulo Menyan-Yue Cesena pelas acionistas Consultoria Norberto Odebrecht S/A e CSPO Engenharia Ltda. - Juntada em 02/12/2009. O Livro de Presença de Acionistas, relativos a esta Assembleia, encontra-se no Livro de Presença de Acionistas. Ostrás Participações S/A. NIRE: 33.0028547-4. Protocolo: 00-2009/247893-1 - 15/12/2009. Cartório do deferimento em 08/01/2010, e o registro sob o número e data abaixo. 0000198504. Data: 08/01/2010. Valéria G. M. Serra, Secretária Geral.

SEGURODORA LIDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.
CNPJ/MF nº 09.248.808/0001-04
NIRE nº 33.3.0028479-6

IMPRESSO

S U M Á R I O

Atas, Certidões e Demonstrações

Associações, Sociedades e Firmas

Aviões, Editais e Termos

Associações, Sociedades e Firmas....

Órgãos de Representação Profissional

Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Pasado, no dia 14 de março de 2009, eu, Márcio Barbosa Norton, brasileiro casado, reconhecido, titular do documento de identidade nº 836.666; expedido pelo SSP/RJ; inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.517-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor-sem designação específica; Márcio Davelli Lopes, brasileiro; casado; advogado, titular do documento de identidade nº 0188423007-RJ; expedido pelo SSP/SP; inscrito no CPF/MF sob o nº 132.870.308-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor-sem designação específica; Márcio Davelli Lopes, brasileiro; casado; advogado, titular do documento de identidade nº 087.682.644-RJ, expedido pelo IPR/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.997-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos deu-se mediante assinatura do respectivo termo no livro da Ata da Diretoria Executiva da Companhia, assinada por mim, Márcio Barbosa Norton, Presidente da Diretoria, e por cada um dos diretores ora eleitos. Os diretores ora eleitos foram: Márcio Barbosa Norton, eleito para o mandato de 2010, permanecendo no cargo até a investidura de novos administradores. Os diretores ora eleitos declaram que não estão incorridos em nenhum crime que os impeçam de desempenhar atividades de mercado e/ou ainda, não estarão inabilitados para isso, nos termos da Lei nº 9.131, de 1996, e não possuem antecedentes criminais. Os diretores ora eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos necessários para exercer as suas funções, e assinam, em nome da Companhia, o Relatório nº 55/2001 e 10/2005, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A remuneração dos diretores presentemente a mesma, observado o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária de Companhia realizada em 18 de março de 2008; (II) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, e por força do deliberado no item (I), ratificar as designações específicas dos diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da seguinte forma: (a) Paulo de Souza Xavier, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº 000.000.000-00, residente e domiciliado no Estado do Rio de Janeiro, eleito diretor designado responsável pelo acompanhamento e supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.517-15, residente e domiciliado no Estado do Rio de Janeiro, eleito diretor designado responsável pelo relacionamento com a SUSEP; (c) Márcio Lopes Davelli, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº 132.870.308-06, residente e domiciliado no Estado do Rio de Janeiro, eleito diretor designado responsável pelo relacionamento com a SUSEP; (d) Cláudio Mendes Ladeira, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº 000.000.000-00, residente e domiciliado no Estado do Rio de Janeiro, eleito diretor designado responsável pelos controles internos; (e) Cláudio Mendes Ladeira, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº 000.000.000-00, residente e domiciliado no Estado do Rio de Janeiro, eleito diretor designado responsável pelos controles internos. Os diretores ora eleitos declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram, ademais, inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre os administradores e membros da Diretoria Executiva da Companhia, e não incidir as hipóteses de inabilitação previstas no artigo 1.015, inciso III, do Código de Processo Civil, e não integrar o quadro de empregados da Companhia. Validação Das Deliberações: Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria Executiva ora eleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Encerramento: Lavratura, Aprovação e Assinatura. A presente Ata foi lavrada em duas vias, uma das quais é a reunião e lavrada a presente Ata em nome de uma das vias e o restante das vias, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2009. Luiz Tavares Pereira Filho - Presidente; Gustavo Franco Pacheco - Secretário. Certifico que a presente certidão é expedida fiel da ata lavrada em livro próprio da Companhia. Juiz de Comercio do Estado do Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2009. Flávia de Azevedo e Silva - Oficial de Registro sob nº 07012010-1. -Certifico o Delibramento em 08/9/2010 e o Registro sob nº 00001989975, Valéria G. M. Sero - Secretária Geral.

foram em até 15 meses contados de sua publicação. Foi feita, então, a leitura do Boletim de Subscrição e do projeto do Estatuto Social, os quais fazem parte integrante desta ata, independentemente de transcrição. Após as discussões, foi o projeto do Estatuto Social aprovado pela totalidade dos subscritores. Verificado o cumprimento de todas as formalidades legais, declarou o Sr. Presidente constituída a Cia, denominada Wilson, Sons Offshore S/A, que reger-se-á pelo Estatuto Social anexo a esta legislação em vigor. Prosseguiram, então, a elaboração e a assinatura dos Guiões de Ritos e do Arrolado Calvucci Filho, já qualificado, para o cargo de Diretor. O Sr. Presidente Arnelo Calvucci Filho, já qualificado, para o cargo de Diretor Administrativo-Financeiro, ambos para 1 mandato de 2 anos: A remuneração mensal da Diretoria é fixada no montante de R\$ 500,00 para cada Diretor. Os Diretores foram imediatamente investidos nos seus cargos mediante assinatura neste instrumento. Declaram os Diretores, sob as penas da lei, não terem sido condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o exercício de funções de natureza gerencial, administrativa, ou profissional, pelo ou sob suborno, conculcação, fraude, ou contra a economia popular; contra o sistema financeiro nacional; contra as normas de defesa da concorrência; contra as relações de consumo; ou contra a fé pública; ou a propriedade; enfim, estarem totalmente livres e de si mesmos para a prática dos atos do comércio e para o exercício das atividades mercantis inerentes ao cargo para o qual foram nomeados. Nada mais havendo a tratar, foi a sessão suspensa pelo tempo necessário para a realização dos atos que precedem a instalação da companhia, que, após lida a conferência, foi por todos os subscritores assinada. Dia de Janeiro, 28/08/06. Mesa: Arnelo Calvucci Filho, Presidente; Felipe Gutierrez Ramella, Secretário. Acionistas: Wilson, Sons de Administração e Comércio Ltda. (Felipe Gutierrez Ramella e Arnelo Calvucci Filho), Arnelo Calvucci Filho, Diretores eleitos, Arnelo Calvucci Filho, Diretor substituto, Felipe Gutierrez Ramella, Subscritores, e a Sra. Lúcia Carvalhal OAB/RJ 05.82. Arrolado SOCIAL, 1. Da Denominação, Sede, Objeto e Duração. Art.1º. A Cia, denominada Wilson, Sons Offshore S/A, e reger-se-á pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. Art.2º. O Objeto Social é a prestação de serviços de apoio marítimo e de rebocagem marítima realizados, com rebocadores, charras e outras embarcações, e a prestação de serviços de apoio marítimo e de rebocagem marítimos, podendo participar no capital de outras empresas que acionista ou quotista. Art.3º. O prazo do duração da Cia, é indeterminado. Art.4º. A Cia, tem sede no Rio de Janeiro/RJ, na Av. Rio Branco, 25, 5º andar, parte II, De Capital e das Ações. Art.5º. O capital social é de R\$ 20.000,00, dividido em 20.000 ações ON, sem valor nominal. Art.6º. Cada ação dá direito a 1 voto nas Assembleias Gerais. Art.7º. A Cia, por deliberação de Assembleia Geral, poderá emitir ou cancelar ações, sem a necessidade de aprovação da Assembleia Geral. Os Acionistas da Cia, têm assegurado o direito de, a seu exclusivo critério: subscrever, sob os mesmos termos e condições, ações em igual ou maior número de capital; subscritor da Cia, por até a sua inteira participação no Capital Social da mesma; Art.8º. Se qualquer acionista da Cia, desejar vender, transferir, ceder ou gravar ou de qualquer forma alienar as Ações (as "Ações Ofertadas") que ele mesmo possui na Cia, ele deverá oferecer as Ações Ofertadas, por escrito, "de" sua intenção de planejar as Ações Ofertadas, incluindo no preço, assim como nos termos e condições para a respectiva operação referente às Ações Ofertadas. 51º. Os Acionistas Ofertados terão 30 dias para notificar o Acionista Ofertando, por escrito, sobre a intenção de adquirir as Ações Ofertadas, proporcionalmente às suas participações na Cia. Caso, durante o período acima estabelecido, ou mais tarde, o Acionista Ofertando (o "Diretor Ofertando") não receber nenhuma notificação ou (ii) exercer um direito de preferência em relação a um nº de Ações Ofertadas, os demais acionistas terão 1 período adicional de 10 dias para informar ao Acionista Ofertando sua intenção de adquirir as Ações Ofertadas não adquiridas por tal(is) Acionista(s) Ofertado(s). 52º. Caso parte das Ações Ofertadas ou nenhuma Ação Ofertada seja adquirida pelos Acionistas Ofertados, o Acionista Ofertando terá o direito de alienar as Ações Ofertadas não adquiridas por qualquer Acionista Ofertado, nos prazos previstos no § anterior. 53º. Se a venda das Ações Ofertadas ou parte das mesmas a terceiro não for completada no prazo de 90 dias mencionado no § acima, e o Acionista Ofertando decidir vender as Ações Ofertadas sob termos e condições menos favoráveis a ele, Acionista Ofertando, do que os estabelecidos na notificação mencionada no capítulo deste Artigo, o Acionista Ofertando deverá notificar os Acionistas Ofertados, por escrito, conforme procedimentos estabelecidos neste Artigo. III. Dos Acordos de Acionistas. Art.10. Os acordos de acionistas devidamente arquivados na sede da Cia., que dispõem a compra e venda de ações, o direito de preferência na sua compra ou o exercício do direito de voto, serão sempre observados pela Cia. Art.11. As obrigações e responsabilidades resultantes dos acordos de acionistas serão oponíveis a terceiros desde que devidamente arquivados nos livros de registros da Cia. Os administradores e o Diretor terão o direito de recusar a qualquer Acionista a sua participação na Assembleia Geral, se declarar a nulidade do voto proferido pelo acionista em contrariedade com os termos de tais acordos. IV. Das Assembleias Gerais. Art.12. A Assembleia Geral reuni-se-á ordinariamente nos 4 primeiros meses após o término do exercício social e extraordinariamente sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas. Art.13. As Assembleias Gerais serão presididas pelo Diretor Presidente da Cia, ou, em sua falta, pelo Diretor Administrativo-Financeiro. Na falta de ambos, serão substituídos pelo Diretor Presidente da Cia, ou, em sua falta, pelo maior dos presentes, 51.º. O Presidente da Assembleia convidará 1 acionista, entre os presentes, para servir de Secretário e assim compor a Mesa que dirigirá os trabalhos. Art.14. Para tomar parte e votar nas Assembleias Gerais da Cia, o acionista poderá, nos termos legais, ser representado por 1 procurador que também seja acionista, com mandato outorgado há menos de 1 ano e que não esteja no desempenho de cargo de Diretor ou no Conselho Fiscal. Art.15. O valor de R\$ 20.000,00, de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.16. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.17. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.18. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.19. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.20. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.21. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.22. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.23. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.24. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.25. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.26. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.27. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.28. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.29. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.30. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.31. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.32. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.33. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.34. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.35. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.36. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.37. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.38. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.39. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.40. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.41. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.42. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.43. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.44. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.45. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.46. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.47. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.48. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.49. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.50. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.51. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.52. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.53. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.54. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.55. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.56. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.57. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.58. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.59. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.60. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.61. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.62. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.63. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.64. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.65. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.66. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.67. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.68. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.69. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.70. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.71. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.72. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.73. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.74. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.75. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.76. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.77. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.78. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.79. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.80. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.81. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.82. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.83. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.84. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.85. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.86. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76, V. Da Administração. Art.87. A Cia, terá 12,4 % de R\$ 6.004,76,

WILSON, SONS OFFSHORE S/A
"Em Organizacao"

[illegible]

Data: 18/10/2012

Movimentação: Petição

Por: VALDENOR ALVES GOMES

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA
4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA-RR**

PROCESSO Nº 0715234-18.2012.823.0010

CLAUDIO PEREIRA RIBEIRO, já devidamente qualificado (a) nos autos do processo em epígrafe, por advogado que esta subscreve, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, **REQUERER**

ALVARÁ JUDICIAL

fundamentado no artigo 2º da Lei nº 6.858/80 e demais dispositivos jurídicos aplicáveis a espécie, em razão dos fatos e fundamentos que passa a expor:

A parte promovente obteve sucesso na demanda que propunha em desfavor da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT**. Promovida, conforme se pode verificar nos autos, inclusive, já estando o valor referente ao acordo judicial disponibilizado em seu nome no Banco do Brasil com agência nesta capital, de acordo com o comprovante de depósito juntado aos autos do processo em comento.

Pelo exposto, requer:

Que se digne Vossa Excelência em determinar a expedição do competente ALVARÁ JUDICIAL, para que o requerente possa levantar o valor depositado em seu nome, relativo ao **SEGURO DPVAT**, junto a agência do **Banco do Brasil**, conforme consta nos autos do processo supra citado(**EP.17**).

Outrossim, requer seja expedido o ALVARÁ JUDICIAL referente ao honorário advocatício em nome do patrono do promovente, como medida de inteira justiça.

Nestes termos,

Espera deferimento.

Boa Vista-RR, 16 de outubro 2012.

VALDENOR ALVES GOMES
OAB/RR - 618

Data: 11/12/2012

Movimentação: Documento expedido

Por: LUIZ EUGENIO BRAMBILA

Data: 13/12/2012

Movimentação: Documento

Por: LUIZ EUGENIO BRAMBILA

Relação de arquivos da movimentação:

- Alvará



ESTADO DE RORAIMA
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA 4.^a VARA CÍVEL
AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS

ALVARÁ DE LIBERAÇÃO

77956

O Dr. Elvo Pigari Junior, MM. Juiz de Direito titular da 4^a Vara Cível da Comarca de Boa Vista-RR, no uso de suas atribuições legais, etc.

POR ESTE ALVARÁ, devidamente assinado e atendendo ao que lhe foi solicitado nos autos de nº 0715234-18.2012.8.23.0010, Ação de Cobrança, que tem como autor (a) **CLÁUDIO PEREIRA RIBEIRO (CPF 927.638.122-87)** e requerido **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, (CNPJ 09.248.608/0001-04)** concede a necessária liberação do seguinte valor: a importância de **R\$ 11.475,00 (Onze Mil, Quatrocentos e Setenta e Cinco Reais)**, depositado junto ao Banco do Brasil S/A, conforme comprovante de depósito anexo, ao autor **CLÁUDIO PEREIRA RIBEIRO**, conforme solicitação do advogado e obedecidas as formalidades legais.

CUMPRA-SE.

DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 11 (Onze) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze. Eu, Luiz Eugenio Brambila (Técnico Judiciário) que o digitei e o Escrivão Judicial Alexandre Martins Ferreira subscreveu.

Elvo Pigari Junior

Juiz de Direito

RECEBI EM:

13/12/2012

Documento Digitalizado
13/12/2012



ESTADO DE RORAIMA
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA 4.ª VARA CÍVEL
AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS

LEB/tecjud

Data: 12/03/2013

Movimentação: Documento

Por: LUIZ EUGENIO BRAMBILA

Relação de arquivos da movimentação:

- Alvará



ESTADO DE RORAIMA
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA 4.ª VARA CÍVEL
AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS

ALVARÁ DE LIBERAÇÃO

20273

O Dr. Elvo Pigari Junior, MM. Juiz de Direito titular da 4ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista-RR, no uso de suas atribuições legais, etc.

POR ESTE ALVARÁ, devidamente assinado e atendendo ao que lhe foi solicitado nos autos de nº 0715234-18.2012.823.0010, Ação de Cobrança, que tem como autor (a) **CLÁUDIO PEREIRA RIBEIRO (CPF 927.638.122-87)** e requerido **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, (CNPJ 09.248.608/0001-04)** concede a necessária liberação do seguinte valor: a importância de **R\$ 1.721,25 (Um Mil, Setecentos e Vinte e Um Reais e Vinte e Cinco Centavos)**, depositado junto ao Banco do Brasil S/A, conforme comprovante de depósito anexo, ao Advogado **VALDENOR ALVES GOMES, OAB/RR: 618-N** e obedecidas as formalidades legais.

CUMPRASE.

DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 11 (Onze) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze. Eu, Luiz Eugenio Brambila (Técnico Judiciário) que o digitei e o Escrivão Judicial Alexandre Martins Ferreira subscreveu.

Elvo Pigari Junior
Juiz de Direito

RECEBI EM:
03/01/2013

Documento Digitalizado
12/03/2013

LEB/tecjud



ESTADO DE RORAIMA
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA 4.ª VARA CÍVEL
AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS

ALVARÁ DE LIBERAÇÃO

81721

O Dr. Elvo Pigari Junior, MM. Juiz de Direito titular da 4ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista-RR, no uso de suas atribuições legais, etc.

POR ESTE ALVARÁ, devidamente assinado e atendendo ao que lhe foi solicitado nos autos de nº 0715234-18.2012.8.23.0010, Ação de Cobrança, que tem como autor (a) **CLÁUDIO PEREIRA RIBEIRO (CPF 927.638.122-87)** e requerido **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, (CNPJ 09.248.608/0001-04)** concede a necessária liberação do seguinte valor: a importância de **R\$ 150,00 (Cento e Cinquenta Reais)**, depositado junto ao Banco do Brasil S/A, conforme comprovante de depósito anexo, ao Perito Dr. **ROGÉRIO LEONARDO DE P. DIAS**, CTM/RR 1205 e obedecidas as formalidades legais.

CUMPRASE.

DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 11 (Onze) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze. Eu, Luiz Eugenio Brambila (Técnico Judiciário) que o digitei e o Escrivão Judicial Alexandre Martins Ferreira subscreveu.

Elvo Pigari Junior

Juiz de Direito

Documento Digitalizado
12/03/2013

LEB/tecjud

Data: 12/03/2013

Movimentação: Remessa

Por: LUIZ EUGENIO BRAMBILA

11/04/2013: Recebimento.

Data: 11/04/2013

Movimentação: Recebimento

Complemento: Contadoria (Cálculo realizado)

Por: GEIZA BRUNNA SOUZA DE SOUZA

Relação de arquivos da movimentação:

- Cálculos

Contadoria
Folha nº

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA
COMARCA DE BOA VISTA
CONTADORIA DO FÓRUM**

PLANILHA DE CÁLCULOS

4º VARA CÍVEL	PROCESSO N º : 0715234-18.2012.823.0010
AÇÃO: COBRANÇA DE SEGURO DPVAT	
VALOR DA CAUSA :	R\$ 13.500,00

C U S T A S :	FINAIS	TOTAIS	COMPLEMENTARES
----------------------	---------------	---------------	-----------------------

ESCRIVANIA:	209,15
TAXA JUDICIÁRIA:	40
OUTRAS DESPESAS RECOLHIDAS:	
PAGAMENTO EFETUADO - INICIAL:	

TOTAL GERAL (p/ recolhimento)	249,15
--	---------------

HONORÁRIOS ADV .:

R\$ -

Obs.: Os cálculos acima já estão de acordo com a nova lei de custas (Lei Estadual nº 752 de 23/12/2009), Resolução Presidencial TJ nº 004/2007 e Portaria 819/2001 .

Boa Vista - RR, 11 de abril de 2013.

(assinado digitalmente)

ErasmO José S. Da Silva

Técnico judiciário

Matrícula: 301098

10/06/2013: HABILITAÇÃO ADMITIDA.

Data: 10/06/2013

Movimentação: HABILITAÇÃO ADMITIDA

Complemento: Réu SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Por: LUIZ EUGENIO BRAMBILA

Data: 10/06/2013

Movimentação: Documento expedido

Por: LUIZ EUGENIO BRAMBILA

10/06/2013: Documento expedido.

Data: 10/06/2013

Movimentação: Documento expedido

Complemento: (P/ Advgs. de SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT)

Por: LUIZ EUGENIO BRAMBILA

20/06/2013: Documento lido.

Data: 20/06/2013

Movimentação: Documento lido

Complemento: (Por ALVARO LUIZ DA COSTA FERNADES) em 20/06/13 *Referente ao evento

Intimação expedido(a)(10/06/13)

Por: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

Data: 23/06/2013

Movimentação: Petição

Por: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA
4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA - RR.**

Autos nº **0715234-18.2012.823.0010**
Requerente: **CLÁUDIO PEREIRA RIBEIRO**
Requerida: **DPVAT - SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT**

DPVAT - SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT,

já qualificada nos autos em epígrafe, comparece, respeitosamente, perante Vossa Excelência, para informar o pagamento das custas finais, requerendo a juntada do comprovante de depósito no valor de R\$ 249,15 (duzentos e quarenta e nove reais e quinze centavos), correspondente ao montante devido.

**Nestes termos, pede deferimento.
Rio Branco, 23 de junho de 2013.**


Florindo Silvestre Poersch
OAB/AC nº 800

Alvaro Luiz da Costa Fernandes
OAB/AC nº 3592



						86680000002-2 49150574106-7 02013062100-4 10130011067-9						
GUIA DE ARRECAÇÃO JUDICIÁRIA												
Órgão: FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA			CNPJ: 05.741.060/0001-89		Agência: 3797-4		Conta: 51669-4		Valor do Documento: R\$ 249,15		Vencimento: 21/06/2013	
Comarca: BOA VISTA			Nº G.A.J.: 010.13.0011067		Valor da Causa: R\$ 13.500.00		Processo: 0715234-18.2012.8.23.0010					
Contribuinte: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT									CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04			
												
Autenticação Mecânica												

						86680000002-2 49150574106-7 02013062100-4 10130011067-9						
GUIA DE ARRECAÇÃO JUDICIÁRIA												
Órgão: FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA			CNPJ: 05.741.060/0001-89		Agência: 3797-4		Conta: 51669-4		Valor do Documento: R\$ 249,15		Vencimento: 21/06/2013	
Comarca: BOA VISTA			Nº G.A.J.: 010.13.0011067		Valor da Causa: R\$ 13.500.00		Processo: 0715234-18.2012.8.23.0010					
Contribuinte: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT									CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04			
Descrição das receitas 01. CUSTAS FINAIS										Valor R\$ R\$ 249,15		
OBS.: PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA BANCO DO BRASIL OU PAP – CORRESPONDENTE BANCO DO BRASIL										R\$ 249,15		
												
Autenticação Mecânica												



Outros convênios

11/06/2013 16:03:06

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
11/06/2013 - AUTO-ATENDIMENTO - 16.03.04
5790805790

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: POERSCH E ADVOGADOS ASSOC
AGENCIA: 5790-8 CONTA: 270.757-8
EFETUADO POR: C FRIEDRICH NT
=====

Convenio	FUNDEJUR	-	REC CUSTAS JUD
Codigo de Barras	86680000002-2	49150574106-7	
	02013062100-4	10130011067-9	
Data do pagamento		11/06/2013	
Valor Total		249,15	

=====

DOCUMENTO: 061182
AUTENTICACAO SISBB:
A.0F0.BA8.F40.92E.53E

Transação efetuada com sucesso por: J6957950 CHARLES FRIEDRICH NETO.

23/06/2013: Trânsito em julgado.

Data: 23/06/2013

Movimentação: Trânsito em julgado

Por: LUIZ EUGENIO BRAMBILA

23/06/2013: Arquivamento.

Data: 23/06/2013

Movimentação: Arquivamento

Complemento: (EXTINÇÃO ART. 794 CPC)

Por: LUIZ EUGENIO BRAMBILA

01/07/2013: Decurso de Prazo.

Data: 01/07/2013

Movimentação: Decurso de Prazo

Complemento: (Sem resposta) *Referente ao evento Documento expedido(10/06/13)

Por: SISTEMA CNJ

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

Time partitioning

Sociedade anônima

Boite d'Empreintes!

Normal

NO. 4a. Protocolo

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERIA

Último Argumento:

00003131301 - 18/12/2017

NINE: 33.3.0026479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00

Boletín(s): 102595004

Hash: ECC52023-D73D-4232-8033-7CC99430A9D4

**REQUERIMIENTO**



Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	 
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 2/13



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar – Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CPDE4B56AFAD5ECPBFFD5CF68740F233E496AFDA80E17B8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerjia.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 3/13



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3


7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04**

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECPBFFD5CF68740F233E496AFDAB0E1FB6

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 10/13



12/e

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016



4996507

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 1 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4995508

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, $\frac{1}{4}$ (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de $\frac{2}{3}$ (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10

Bernardo F. S. Barwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

12/4



4996509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 3 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

convocada.

13/4



4996510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou *e-mail* a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

13/4



4996511

- g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;
- h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;
- i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;
- j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;
- k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;
- l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;
- m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;
- n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;
- o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;
- p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;
- q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;
- r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;
- s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;
- t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.
- u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e
- v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 5 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86683B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

15/11

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.



4996512

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 6 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

10/7

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.



4996513

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 7 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 8 de 10


Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 9 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020183575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

de março de 1967.

12/11



4996516

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

Bernardo P. S. Berwanger
Secretário Geral

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435, **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731, **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembleia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º Ofício de Notas DA CAPITAL	Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107-9600	ADB2B690 088674
Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de: HELIO BITTON RODRIGUES e		
JOSE ISMAR ALVES TORRES (X00000524453)		
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.		
Em testemunho	da verdade.	Conf. por: Serventia T.J.FUNDOS
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.		Total
ECLP-54891 HDE, ECLP-54892 GRS		
Consulte em https://www3.tirijus.br/sitepublico		CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ Paula Cristina A. D. Gaspar Escrivente CTR 46062 série 06077 ME Aut. 2013 3ª Lei 8.936/94

SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador das Seguradoras: **AIG SEGUROS BRASIL S/A**; **ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A**; **ALFA SEGURADORA S/A**; **ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A**; **AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS**; **ANGELUS SEGUROS S/A**; **ARGO SEGUROS BRASIL S/A**; **ARUANA SEGUROS S.A.**; **ASSURANT SEGURADORA S.A**; **ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS**; **AUSTRAL SEGURADORA S/A**; **AXA CORPORATE SOLUTIONS SEGUROS S.A**; **AXA SEGUROS S/A**; **AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**; **BANESTES SEGUROS S/A**; **BMG SEGUROS S/A**; **BRABESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**; **BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS**; **BTG PACTUAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CAIXA SEGURADORA S/A**; **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A**; **CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A**; **CHUBB SEGUROS BRASIL S/A**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**; **CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL**; **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**; **COMPREV SEGURADORA S/A**; **COMPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **ESSOR SEGUROS S/A**; **FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A**; **FATOR SEGURADORA S/A**; **GAZIN SEGUROS S.A.**; **GENERALI BRASIL SEGUROS S/A**; **GENTE SEGURADORA S/A**; **ICATU SEGUROS S/A**; **INVESTPREV SEGURADORA S/A**; **INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A**; **J. MALUCELLI SEGURADORA S/A**; **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**; **MAPFRE VIDA S/A**; **MBM SEGURADORA S/A**; **MG SEGUROS VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **MITSUMI SUMITOMO SEGUROS S/A**; **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **OMINT SEGUROS S/A**; **PAN SEGUROS S/A**; **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**; **PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **POTENCIAL SEGURADORA S/A**; **PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A**; **PREVIMIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **SABEMI SEGURADORA S/A**; **SAFRA SEGUROS GERAIS S/A**; **SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **SANCOR SEGUROS DO BRASIL S/A**; **SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS**; **SOMPO SEGUROS S/A**; **STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.**; **SUHAÍ SEGUROS S/A**; **SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A**; **TOKIO MARINE SEGURADORA S/A**; **TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A**; **UNIÃO SEGURADORA S/A – VIDA E PREVIDÊNCIA**; **USEBENS SEGUROS S/A**; **VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS**; **XL SEGUROS BRASIL S/A**; **ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato



anexo, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINÉ MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, **ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2018.



MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS

OAB/RJ 135.132

